



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (DCH) – CAMPUS VI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ENSINO, LINGUAGEM
E SOCIEDADE (PPGELS) - MESTRADO PROFISSIONAL**

ARLETE LISBOA DOS SANTOS GRAIA

**CURSO PRÉ-VESTIBULAR COMO CONEXÃO ENTRE EDUCAÇÃO BÁSICA E O
ENSINO SUPERIOR: O CASO DO UPT NO DCHT/UNEB/CAMPUS XX – BRUMADO**

**CAETITÉ
2024**

ARLETE LISBOA DOS SANTOS GRAIA

**CURSO PRÉ-VESTIBULAR COMO PONTE ENTRE A EDUCAÇÃO
BÁSICA E O ENSINO SUPERIOR: O CASO DO UPT NO
DCHT/UNEB/CAMPUS XX – BRUMADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade – PPGELS, da Universidade Estadual da Bahia – UNEB, *Campus* VI – Caetité, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre.

Linha II – Ensino, Saberes e Práticas Educativas

Orientador: Prof. Dr. Glauber Barros Alves
Costa

CAETITÉ – BA
2024

FICHA CATALOGRÁFICA
Biblioteca Professor Edivaldo Machado Boaventura - UNEB – Campus I
Bibliotecária: Célia Maria da Costa – CRB5 / 918

G743c

Graia, Arlete Lisboa dos Santos

Curso pré-vestibular como conexão entre a educação básica e o ensino superior: o caso do UPT no DCHT/UNEB/Campus XX - Brumado / Arlete Lisboa dos Santos Graia. – Caetité, 2024.

195 f. : il.

Orientador: Glauber Barros Alves Costa.

Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade - PPGELS, Campus VI. 2024.

Contém referências.

1. Educação – Políticas públicas – Brumado (BA). 2. Universidade e faculdades – Brumado (BA) - Vestibular. 3. Ensino superior - Brasil. 4. Admissão no ensino superior – Brumado (BA). ProUni (Programa). I. Costa, Glauber Barros Alves. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Campus VI. III. Título.

CDD: 378.340981



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO,
LINGUAGEM E SOCIEDADE


FOLHA DE APROVAÇÃO

**“ CURSO PRÉ-VESTIBULAR COMO CONEXÃO ENTRE A EDUCAÇÃO
BÁSICA E O ENSINO SUPERIOR: O CASO DO UPT NO DCHT/UNEB/CAMPUS
XX – BRUMADO”**


ARLETE LISBOA DOS SANTOS GRAIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE - PPGELS – DCH VI - UNEB, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Ensino, Linguagem e Sociedade pela Universidade do Estado da Bahia.

Aprovada em 08 de maio de 2024, com nota 10,0.

Documento assinado digitalmente
 GLAUBER BARROS ALVES COSTA
Data: 13/05/2024 22:26:41-0300
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

Prof. Dr. GLAUBER BARROS ALVES COSTA
Orientador – UNEB – DCH – *Campus VI*
Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos

Documento assinado digitalmente
 GINALDO CARDOSO DE ARAÚJO
Data: 13/05/2024 19:13:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. GINALDO CARDOSO DE ARAÚJO
Examinador Interno – PPGELS – UNEB – DCH – *Campus VI*
Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais



Prof.^a Dr.^a DANIELLA SANTOS MAGALHÃES
Examinadora Externa – UESB
Doutora em Memória, Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, pela minha vida e por me permitir realizar tantos sonhos. Obrigado por me permitir aprender e crescer, por seu infinito amor que não me permitiu desistir e principalmente por ter me dado uma família tão especial.

Ao meu querido professor, Prof. **Dr. Glauber Barros Alves Costa**, por acreditar no meu trabalho, pela acolhida e orientação valiosa.

À Prof.^a **Dr.^a Daniella Santos Magalhães** (UESB), agradeço por aceitar o convite para participar da banca como examinadora externa e pela valiosa contribuição para o enriquecimento de minha pesquisa.

Ao Professor **Dr. Ginaldo Cardoso de Araújo** (UNEB), agradeço por aceitar o convite para participar da banca como examinador interno e pela valiosa contribuição como meu professor. Suas sugestões e dicas ajudaram muito na escrita de minha pesquisa.

Aos **meus pais**, pelo cuidado de me fazerem quem sou e por terem colocado os estudos como prioridade em nossa casa. Agradeço pelos bons exemplos.

Ao meu esposo **Edmar** e meus filhos **Miguel** e **Valentina**, pelo apoio, paciência e carinho. Aos meus **irmãos, sogra, sogro, sobrinhas, cunhadas, cunhados** e **amigos** pelo incentivo.

Aos meus **colegas de classe**, cujo apoio, incentivo e amizade estiveram presentes em todos os momentos durante estes dois anos.

À **Equipe de Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS)**, pelo excelente empenho no serviço prestado à coordenação deste curso.

Aos **professores, técnicos e demais funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS)**, por todo carinho e atenção.

Gratidão!

“A persistência é o caminho do êxito”.
(Charles Chaplin. Vida e Pensamentos. Editora Martin Claret, 1997, p. 118).

RESUMO

O trabalho aborda questões relacionadas ao Programa Universidade Para Todos (UPT), presente no contexto das políticas públicas de acesso ao ensino superior brasileiro. Dá-se ênfase às particularidades do UPT para demonstrar a importância de iniciativas governamentais que prezam pela melhoria e a adoção de medidas que visem solucionar problemas de acesso ao ensino superior. Faz-se, para isso, uma pesquisa de abordagem qualitativa, com menção de pesquisas sobre o tema realizadas por diferentes estudiosos, com o intuito de deixar registrado o papel do programa e, principalmente, destacar a qualidade e a importância dele como política pública de acesso ao ensino de nível superior. Esta pesquisa tem como objetivo geral compreender como o curso pré-vestibular Universidade para Todos, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus XX – Brumado, atua na conexão entre a Educação Básica e o Ensino Superior. Neste sentido, é importante a compreensão das políticas públicas de acesso no nível superior, os cursos pré-vestibulares e a estrutura organizacional do programa. Para alcançar os objetivos propostos, foi trilhado um caminho metodológico sustentado pela pesquisa bibliográfica por meio de artigos científicos, teses e dissertações que discutem o UPT e análise de dados adquiridos a partir de entrevista estruturada com aplicação de questionário via formulário online, através do *Google Forms* aos sujeitos envolvidos com o programa Curso Pré-vestibular Universidade Para Todos. Com base nestas constatações, foi elaborada uma cartilha intitulada “Universidade é para todos”, direcionada aos alunos do terceiro ano do Ensino Médio da Bahia, com objetivo de levar ao conhecimento do programa e a utilização do espaço reservado para o UPT no Campus XX. Os resultados comprovam que o Programa Universidade Para Todos tem contribuído de forma significativa com a Educação, possibilitando aos estudantes oriundos de escolas públicas se aperfeiçoarem para o ingresso na Universidade através do acesso à qualificação pessoal e profissional fornecida a partir do momento em que utilizam o UPT.

Palavras-chave: Ensino. Políticas públicas. Universidade Para Todos (UPT).

ABSTRACT

The work addresses issues related to the University for All Program (UPT), present in the context of public policies for access to Brazilian higher education. Emphasis is placed on the particularities of the UPT to demonstrate the importance of government initiatives that value improvement and the adoption of measures aimed at solving problems of access to higher education. For this purpose, a qualitative approach is carried out, with mention of research on the subject carried out by different scholars, with the aim of recording the role of the program and, mainly, highlighting its quality and importance as a public policy of access to higher education. This research has the general objective of understanding how the University for All pre-university course, at the State University of Bahia (UNEB) Campus XX – Brumado, acts in the connection between Basic Education and Higher Education. In this sense, it is important to understand public access policies at higher education, pre-university courses and the organizational structure of the program. To achieve the proposed objectives, a methodological path was followed supported by bibliographical research through scientific articles, theses and dissertations that discuss the UPT and analysis of data acquired from structured interviews with questionnaire application via online form, through Google Forms to the subjects involved with the Universidade Para Todos Pre-university Course program. Based on these findings, a booklet entitled “University is for everyone” was created, aimed at students in the third year of high school in Bahia, with the aim of raising awareness of the program and the use of the space reserved for the UPT in the Campus XX. The results prove that the University for All Program has contributed significantly to Education, enabling students from public schools to improve themselves for admission to the University through access to personal and professional qualifications provided from the moment they use the UPT.

Keywords: Teaching. Teaching. Public policy. University for All (UPT).

.

LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 01 – Metodologia da pesquisa.....	23
Fluxograma 02 – Construção do produto educacional.....	31

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – UNEB /Campus XX – Brumado.....	25
Imagem 02 – UNEB/MUTICAMPIA.....	53
Imagem 03 – Anexo I das universidades e vagas Edital SEC 04/2023.....	54
Imagem 04 – Palestra A Universidade Pública no Brasil: desafios de ontem e de hoje.....	67

LISTA DE TABELA

Tabela 01 – Público alvo da pesquisa.....	27
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Percentual de pobres por unidade da federação.....	46
Gráfico 02 – Distribuição das pessoas que frequentam o ensino superior.....	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Quadro de vagas ofertadas pela UPT de 2019 a 2022.....	54
Quadro 02 – Quantitativo de vagas ofertadas pelo UPT 2022 por universidade parceira.....	54
Quadro 03 – Valores de recurso disponibilizado para UPT no período de 2019 a 2023.....	55
Quadro 04 – Número de vagas do UPT para o polo de Brumado e suas extensões em 2023...	55
Quadro 05 – Valores pagos aos monitores do UPT.....	58
Quadro 06 – Número de vagas ofertadas para Secretário de Apoio Escolar do UPT - UNEB Campus XX Brumado.....	62
Quadro 07– Número de vagas ofertadas para Secretário de Apoio Escolar do UPT – UNEB Campus XX Brumado.....	66

LISTA DE SIGLAS

ABMES - Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação

DOE - Diário Oficial do Estado

EaD - Educação à Distância

EM - Ensino Médio

ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

ENCCEJA - Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FIES - Financiamento Estudantil

IES - Instituições de Ensino Superior

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

POA - Plano Operativo Anual

PROUNI - Programa Universidade para Todos

PPGELS - Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade

PT - Partido dos Trabalhadores

PVNC - Pré-Vestibular para Negros e Carentes

REUNI - Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SEC - Secretaria de Educação

SISU - Sistema de Seleção Unificada

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 CAMINHO METODOLÓGICO	23
2.1 Investigação Qualitativa	23
2.2 Procedimentos de Campo	24
2.2.1 Campo Empírico	25
2.3 Sujeitos	27
2.3.1 Perfil dos sujeitos entrevistados	28
3 POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL	31
3.1 Políticas públicas distributivas	33
3.2 Políticas públicas redistributivas	33
3.3 Políticas públicas regulatórias	33
3.4 Políticas públicas constitutivas	34
3.5 As políticas públicas Educacionais	35
3.5.1 Acesso à Educação de nível Superior	38
5 PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – UPT	42
5.1 Os cursos preparatórios populares: as origens do UPT	42
5.2 O nascimento do UPT na UNEB	49
5.3 UPT na UNEB	51
5.4 UPT na UNEB de Brumado/BA	55
5.4.1 Estudantes	57
5.4.2 Monitores	59
5.4.3 Equipe de coordenação	62
5.4.4 Extensões do UPT polo Brumado	67
6 O CURSO PRÉ-VESTIBULAR COMO PONTE ENTRE A EDUCAÇÃO BÁSICA E O ENSINO SUPERIOR: O CASO DO UPT NO DCHT/UNEB/CAMPUS XX – BRUMADO	70
6.1 Visões dos participantes da pesquisa	71
6.1.1 Sobre o Programa Universidade para Todos e sua importância como Política Pública de acesso ao nível superior	72
6.1.2 Sobre os meios aos quais tiveram conhecimento do programa UPT	73
6.1.3 Universidade Para Todos: Desafios e possibilidades	75
6.1.4 Sobre as contribuições e conquistas alcançadas para a formação pessoal/profissional	80
6.1.5 Sobre o que precisa ser revisto	81
6.1.6 Sobre os investimentos feitos	82
6.1.7 O caso da UNEB	83
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	88

1 INTRODUÇÃO

Esta proposta de pesquisa de orientação metodológica qualitativa está inserida na Linha II – Ensino, Saberes e Práticas Educativas, do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS), pois tem por objeto de investigação as políticas públicas direcionadas ao Projeto Universidade para Todos (UPT) como uma prova de inclusão e formação continuada amparada em uma política de desenvolvimento educacional e de ação afirmativa.

Neste trabalho apresento¹ o percurso de minha pesquisa de mestrado, que investiga o curso pré-vestibular Universidade Para Todos como ponte entre a Educação Básica e o Ensino Superior, destacando a experiência do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus XX – Brumado, enquanto instituição responsável pela Coordenação de turmas vinculadas ao programa Curso Pré-vestibular Universidade Para Todos.

Sou natural da cidade de Brumado. Nasci na zona rural, no distrito de Ubiraçaba. Venho de uma família humilde e que sempre viveu no campo. Meus pais tinham roça de algodão. No entanto, como a vida na roça nunca foi fácil e a seca também é um fator marcante para quem vive de plantio e colheita, para manter o sustento da família nos momentos difíceis como citado acima, meu pai trabalhava também como pedreiro e cabeleireiro. Já houve momentos em que meu pai e meus dois irmãos mais velhos tiveram que ir trabalhar em fazendas localizadas em outros estados como São Paulo para conseguir dinheiro, pois a roça não produzia nada por falta de chuva.

Meus irmãos ajudavam meus pais a trabalhar na roça. Trabalhavam pela manhã e à tarde iam para a escola. Eu e meu irmão mais novo fomos os únicos que não trabalhamos na roça. Os outros seis irmãos todos ajudavam em nossas roças e nas roças de algodão dos outros fazendeiros que tinham grandes plantações em nossa região. Mesmo sabendo das necessidades meus pais nunca nos deixaram sem ir para a escola. Eles sabiam que a maior riqueza que poderiam deixar para seus filhos era o conhecimento que transforma vidas e permite desenvolver o pensamento crítico e a moral. Por isso, quando começavam as aulas, eles trabalhavam na roça enquanto meus irmãos e eu íamos para a escola. Estudamos até a 8ª série do antigo Ensino Fundamental no distrito de Ubiraçaba. Depois tivemos que vir para a cidade

¹ Após apresentar as motivações da pesquisa será utilizado, no decorrer do trabalho, o verbo na primeira pessoa do plural por julgá-la mais adequada ao texto acadêmico.

de Brumado para completar os estudos. Todos os oito filhos concluíram o Ensino Médio e não pararam de estudar. Destes, cinco já possuem nível superior, três já são especialistas e eu sou a primeira mestre da família.

No ano de 2001 concluí o Ensino Médio com o curso de Magistério e, no ano seguinte, em 2002, já estava lecionando, realizando o meu sonho de ser professora. Fiquei trabalhando até 2010. Concorri em alguns processos seletivos da UNEB pelo campus de Brumado para o Curso de Letras, todavia, não logrei o êxito da aprovação entre o quadro de vagas previsto nas primeiras tentativas.

No ano de 2006, após ter conhecimento do cursinho pré-vestibular Universidade Para Todos ofertado na UNEB de Brumado, fiquei aguardando a abertura do processo seletivo e fiz minha inscrição, pois era minha oportunidade de preparação para o vestibular. Neste mesmo ano prestei o vestibular para Letras Vernáculas na UNEB, mas não consegui aprovação. No entanto não desisti, continuei tentando. Em 2009 fiz novamente a seleção na mesma universidade e consegui. Comecei o curso em março de 2010. Essa conquista foi graças ao cursinho pré-vestibular UPT. Após concluir o curso de Letras fiz um curso de Especialização pela UNEB em 2017 e, depois, fiz outro curso de Licenciatura em Pedagogia. Agora, estou concluindo o Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS) da UNEB.

Atualmente desempenho o cargo de secretária de departamento do DCHT/UNEB/Campus XX desde 2015. Sendo funcionária do Departamento, em 2016 pude fazer a seleção para integrar a equipe de coordenação do Programa Universidade Para Todos, atuando até o ano de 2022.

Enquanto membro da equipe gestora do Programa realizei as seguintes funções: atualizar lista de matrícula dos alunos do programa; organizar as fichas dos alunos por turma e em ordem alfabética, verificando a existência de pendências de documentos; acompanhar e cobrar a entrega de documentos contratuais, frequências e relatórios mensais dos monitores, alunos e equipe de coordenação; supervisionar o cumprimento do horário das aulas; acompanhar a frequência dos professores/monitores e alunos, informando diariamente a faltas dos monitores; receber, guardar e administrar a distribuição dos materiais pedagógicos destinados aos monitores e alunos envolvidos no programa; observar se os professores/monitores utilizavam a caderneta de forma correta; acompanhar e supervisionar o andamento das atividades do apoio de serviços gerais; auxiliar os professores/monitores nas atividades; digitar e arquivar documentos do programa; auxiliar a coordenação nos encaminhamentos necessários para o andamento das atividades e o atendimento dos monitores;

entrar em contato com os alunos que não frequentavam o curso; auxiliar os professores/monitores nas atividades; desenvolver atividades através de mediação tecnológica com os secretários das extensões; participar de reuniões com a coordenação geral e pedagógica; digitar e arquivar planilhas de controle de frequência dos monitores e equipe gestora; digitar e arquivar planilhas de controle de frequência dos alunos; supervisionar o cumprimento do horário das aulas; receber e guardar os materiais pedagógicos destinados aos monitores e alunos e auxiliar os professores /monitores das extensões.

Durante esses anos atuando como membro da equipe gestora do programa, percebi o quanto ele é importante na vida desses indivíduos que vêm em busca de formação para o vestibular e também para o ENEM. As universidades utilizam processos seletivos para o ingresso nos cursos e os interessados devem estar preparados intelectualmente para concorrer às vagas. O sistema de educação estadual e municipal, por si só, não garante uma aprendizagem que possibilite ao indivíduo uma concorrência igualitária com indivíduos que têm condições de estudos mais sólidos.

O programa UPT vem se destacando como um curso pré-vestibular de grande relevância social, sendo que a prova disso é o resultado garantido a cada ano que passa, um grande número de alunos consegue o acesso ao nível superior e a aprovação no ENEM graças às aulas ministradas no programa. Sobre essa afirmativa, Angelim *et al.* (2017) afirmam que:

Para além da maior probabilidade de acesso à educação superior, é preciso informar que os documentos oficiais apontam a UPT como produtora de avanços além da finalidade primeira (acesso à educação superior como fator de desenvolvimento humano). O projeto tem alcance nas instâncias social e emocional, dada a condição de que socialmente falando, os alunos participantes sentiram-se mais valorizados como sujeitos com condição de acesso à Universidade enquanto acadêmicos e emocionalmente, por terem um aumento considerável de sua autoestima, em função de uma maior expectativa de um futuro mais participativo (Angelim *et al.*, 2017, p. 2).

Com base no que foi citado percebemos que o programa atua de forma a garantir uma diminuição da exclusão. É possível perceber que os alunos participantes do programa se sentem mais seguros, pois sabem que eles estão se preparando e se sentem em uma condição melhor para fazer o ENEM e os vestibulares. Cabe aqui também informar que, segundo algumas pesquisas, o UPT é, atualmente, o maior cursinho comunitário do estado da Bahia. E tudo isso, graças às instituições parceiras do programa que são a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Através de um trabalho qualitativo utilizamos, enquanto procedimento metodológico, a

pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Segundo Lakatos e Marconi (2003) essas duas fontes de pesquisa são chamadas de fonte primária (pesquisa documental) e fonte secundária (pesquisa bibliográfica).

Para o estudo bibliográfico buscamos os principais trabalhos (dissertações, teses e artigos) referentes ao tema UPT, utilizando dados atuais e relevantes para nossa investigação. Em seguida, procedemos à análise de dados da entrevista estruturada adquiridos a partir da aplicação de questionário *online* aos sujeitos envolvidos com o programa do Curso Pré-vestibular UPT. Dessa forma, o caminho que adotamos para a coleta e análise dos dados desta dissertação foi a pesquisa das leis, decretos e relatórios referentes ao UPT e a pesquisa bibliográfica das teses, dissertações e artigos sobre o tema UPT, na tentativa de responder à seguinte indagação: como o programa Universidade Para Todos da UNEB de Brumado atua para construir conexões que permitem que os estudantes de escolas públicas acessem o Ensino Superior?

Ao realizar a investigação científica através da abordagem qualitativa, não se investiga em razão de resultados, mas para construir e obter “a compreensão do comportamento a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação”, correlacionado com o contexto de que fazem parte (Bogdan; Biklen, 1994, p. 16).

O objetivo geral da pesquisa é compreender como o curso pré-vestibular Universidade Para Todos, da Universidade do Estado da Bahia, Campus XX – Brumado, atua na conexão entre a Educação Básica e o Ensino Superior, como instituição responsável pela coordenação de turmas vinculadas ao programa. Como objetivos específicos, esperamos enunciar os impactos do Curso Pré-vestibular UPT ofertado pela UNEB Campus XX; discutir a política pública deste programa de curso pré-vestibular/ENEM promovido pelo governo do Estado da Bahia, utilizando os resultados das entrevistas com os sujeitos da pesquisa; elaborar uma cartilha intitulada “Universidade é para todos”, direcionada aos alunos do terceiro ano do Ensino Médio do Colégio Estadual de Brumado, com objetivo de levar ao conhecimento do programa e a utilização do espaço reservado para o UPT na UNEB de Brumado.

O Ensino Superior e o acesso à universidade têm sido temas de importante relevância para os estudos das políticas públicas e educacionais nos últimos anos. Segundo Souza (2003), houve um grande crescimento nos estudos e pesquisas sobre políticas públicas atualmente no Brasil. De acordo com a autora, foram inúmeras áreas do conhecimento, e não apenas a ciência política, que vêm realizando diversas pesquisas sobre o que o governo está fazendo sobre o assunto acima citado.

Os estudos e pesquisas sobre as políticas públicas e educacionais buscam retratar a

necessidade e a continuação dos estudos de um número cada vez mais crescente de jovens egressos do Ensino Médio da rede pública nas instituições de ensino superior. São abordados vários temas, dentre os quais podemos destacar o acesso, permanência, qualidade, preparação e qualificação desses jovens para o mercado de trabalho. Esses temas são discussões que surgem e que, repetidamente, estão presentes nas pautas de vários eventos acadêmicos, como congressos, simpósios e seminários.

Dessa forma, para realizarmos esse trabalho fizemos uma pesquisa bibliográfica tendo como suporte teórico pesquisadores que já se debruçaram para tratar da importância das políticas públicas de acesso ao ensino superior e do Programa Universidade Para Todos. Portanto, nos amparamos nas opiniões de alguns pesquisadores, entre eles: Boneti (2003), Carneiro; Bridi (2020), Andrade; Silva (2019), Angelim *et al.* (2017), Costa (2019), Sousa (2019). Ainda tivemos amparo da legislação brasileira e da Constituição Federal de 1988.

Neste cenário, a presente dissertação está dividida em seis partes, sendo primeiro introdução, segundo capítulo dedicado à descrição do caminho metodológico da pesquisa, a qual é estipulada pela junção de algumas técnicas com vistas a atingir os objetivos propostos para a construção deste trabalho. Além do cunho qualitativo bibliográfico, utilizamos também a pesquisa de campo através de entrevista estruturada aplicada por meio de questionário via formulário *online*. Assim, foi possível atingir um número maior de participantes dos três principais segmentos envolvidos no projeto: discentes, professores e coordenadores. O intuito foi conseguir informações sobre os aspectos que influenciam os alunos a procurar o Programa Universidade Para Todos para ingresso no nível superior.

O terceiro capítulo descreve o direito à educação, tendo em vista que esta não foi considerada obrigatoriedade do Estado e pelas legislações elaboradas em outros momentos da história do país. Grifamos também a Constituição de 1988, em que são destacadas algumas políticas importantes para o acesso à educação, principalmente, no que diz respeito ao ensino superior, os primeiros cursos de caráter superior, a criação de universidades e o Plano Nacional de Educação (PNE). Falamos sobre as políticas públicas dando um destaque sobre políticas públicas educacionais de acesso ao ensino superior no Brasil que auxiliam na efetivação das medidas que garantem o acesso à educação para todos. Trazemos também uma discussão sobre o acesso à educação superior, dando ênfase à importância que essa conquista faz na vida pessoal e profissional das pessoas, dando-lhes oportunidade de construir uma carreira e, mais que isso, se tornarem independentes.

Adiante, no quinto capítulo, apresentamos o debate sobre o Programa Universidade para Todos, sua origem e suas particularidades, apresentando-o como um exemplo de política

pública educacional que se destaca na qualidade e a sua importância como política pública de acesso ao ensino de nível superior na Bahia.

Sobre esta afirmativa, Angelim *et al.* (2017) afirma que:

Para além da maior probabilidade de acesso à educação superior, é preciso informar que os documentos oficiais apontam a UPT como produtora de avanços além da finalidade primeira (acesso à educação superior como fator de desenvolvimento humano) (Angelim *et al.*, 2017, p. 2).

No sexto capítulo são apresentados os dados da pesquisa empírica por meio do questionário respondido pelos sujeitos colaboradores deste estudo. Deste modo, as análises foram realizadas entre os depoimentos dos participantes entrevistados e as análises pessoais em consonância com os estudos de autores do campo.

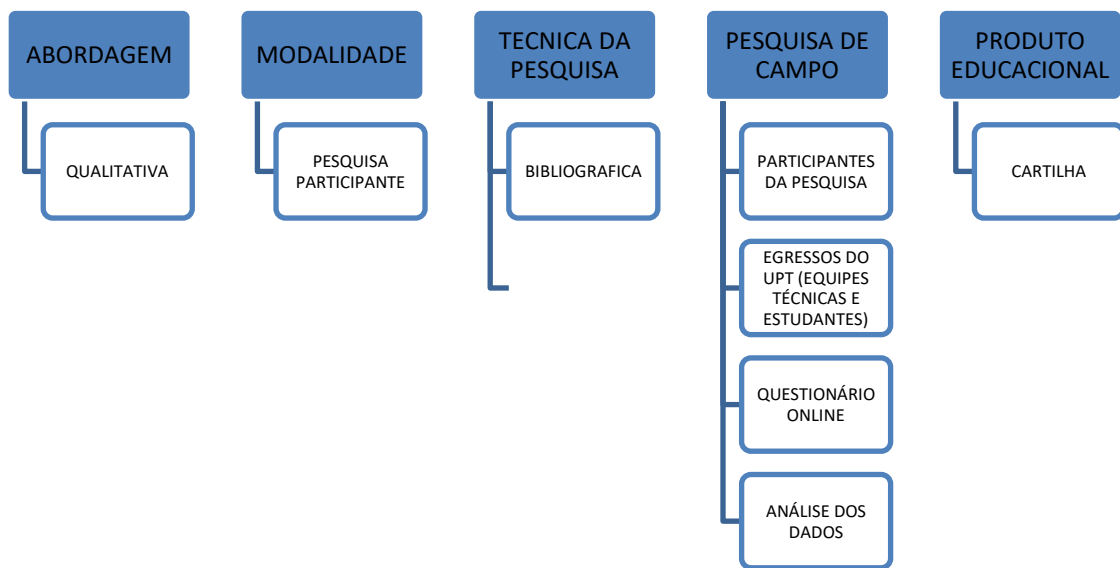
E, por último, são apresentadas as considerações finais demonstrando as contribuições do Programa Universidade para Todos da UNEB, Campus XX – Brumado como curso pré-vestibular preparatório para o acesso à educação superior.

Ao término da pesquisa apresentamos, com base nos relatos trazidos pelos sujeitos colaboradores, que o Programa Universidade Para Todos tem contribuído de forma significativa com a Educação, possibilitando aos estudantes oriundos de escolas públicas se aperfeiçoarem para o ingresso na universidade, fazendo com que alcancem uma melhor elevação social através do acesso à qualificação pessoal e profissional fornecida a partir do momento em que utilizaram o UPT como ponte entre uma fase e outra de suas vidas.

2 CAMINHO METODOLÓGICO

A metodologia seguida é de abordagem qualitativa como dispositivo de produção de dados. Neste capítulo apresentamos as estratégias metodológicas adotadas para a construção do texto da dissertação referente aos capítulos teóricos e à pesquisa de campo, por meio de questionário via formulário online do *Google Forms* encaminhado aos sujeitos da pesquisa. Desta forma, enfatizamos que a pesquisa aqui apresentada incide em produzir informações e analisá-las, para que nasçam ideias a partir de dados válidos e assim possamos produzir uma investigação científica consistente. Então, para construção desta investigação, foram realizadas as seguintes etapas expressas no fluxograma abaixo:

Fluxograma 01 - Metodologia da pesquisa



Fonte: Dados produzidos pela autora (2023).

2.1 Investigação Qualitativa

Para o desenvolvimento deste trabalho e também como meio de atingir seus objetivos, seguimos uma abordagem qualitativa e estudo de campo de caráter exploratório. No primeiro momento, a pesquisa foi desenvolvida mediante revisão de literatura através de trabalho qualitativo, sustentado por pesquisas bibliográficas em livros, artigos científicos, teses e dissertações que tratam sobre as temáticas relacionadas à educação superior, políticas públicas

e educacionais e o Programa Universidade Para Todos. Sobre essa modalidade da pesquisa bibliográfica, Barros e Lehfeld (2012, p. 34) afirmam que “é de grande valia e eficácia ao pesquisador porque permite obter conhecimentos já catalogados”. Sendo assim, julgamos ser imprescindível este material bibliográfico e documental.

O estudo destes autores foi importante para o avanço da leitura e da escrita em relação ao tema aqui discutido. Desta forma, para realizarmos esse trabalho utilizamos como suporte teórico pesquisadores que já se debruçaram sobre a importância das políticas públicas de acesso ao ensino superior e do Programa Universidade Para Todos. Portanto, nos amparamos nas opiniões de alguns pesquisadores, entre eles Boneti (2003), Carneiro; Bridi (2020), Andrade; Silva (2019), Angelim *et al.* (2017), Costa (2019), Sousa (2019), bem como ancoragem na legislação brasileira e na Constituição Federal de 1988.

2.2 Procedimentos de Campo

A pesquisa de campo, também conhecida como pesquisa empírica, é um tipo de investigação que busca informação diretamente com a população ou sujeitos que serão estudados. Por isso, ela demanda dos pesquisadores um embate mais direto, ou seja, é necessário que o pesquisador visite o espaço onde ocorre ou ocorreu o elemento a ser estudado com o objetivo de coletar informações a serem documentadas e depois analisadas. Sobre esse tipo de pesquisa Sousa (2019) afirma que:

No trabalho de campo, ao mesmo tempo, o investigador adentra no mundo do sujeito, mas permanece do lado de fora. Registram-se os dados coletados, procura-se compreender como é o modo de pensar do sujeito, mas não pensa da mesma forma. Estabelece empatia e, concomitantemente, reflexão. Este adentro é fundamental para aprender, não se colocando com alguém que sabe tudo e, paulatinamente, conquistar a confiança dos sujeitos (Sousa, 2019, p. 24).

Ainda sobre o assunto, Gil (2002) cita que:

O estudo de campo apresenta algumas vantagens em relação principalmente aos levantamentos. Como é desenvolvido no próprio local em que ocorrem os fenômenos, seus resultados costumam ser mais fidedignos. Como não requer equipamentos especiais para a coleta de dados, tende a ser bem mais econômico. E como o pesquisador apresenta nível maior de participação, torna-se maior a probabilidade de os sujeitos oferecerem respostas mais confiáveis (Gil, 2002, p. 53).

A partir do que foi dito, podemos afirmar que a qualidade da pesquisa empírica é constituída por essas relações. Ainda sobre o assunto, Bogdan e Biklen (1994, p. 16) citam que “investigar os fenômenos em toda a sua complexidade e em contexto natural”, ou seja, por se tratar de uma investigação qualitativa torna-se pertinente analisar as suas características

principais. Privilegia-se, essencialmente, a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação. À medida que o investigador vai passando mais tempo com os sujeitos que são seu público de estudo, a relação torna-se menos formal. Dessa forma, estabelece-se uma relação de empatia, igualdade e confiança com esses participantes. Assim sendo, decidimos fazer um recorte temporal, ou seja, de 2019 à 2023, uma vez que a pesquisa objetivou debater as contribuições mais atuais do curso UPT no Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias – DCHT XX, para o acesso de estudantes ao ensino superior.

2.2.1 Campo Empírico

Nesse segundo momento fizemos uma pesquisa de campo. O campo empírico desta pesquisa foi o Programa Universidade Para Todos, ofertado no Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias DCHT/UNEB/Campus XX Brumado – BA, com alunos do terceiro ano do ensino médio e egressos que buscam no programa uma bagagem de conhecimento a mais para se prepararem para a prova do ENEM e para a prova dos vestibulares das universidades federais e estaduais, pois o maior desejo desses jovens é conseguir aprovação nestes exames.

Com carga horária de 20 horas semanais, o curso UPT é ofertado no turno noturno de segunda a sexta-feira desde o ano de 2004. Nesse período, o Campus não dispunha de salas para oferta do curso, pois todas as salas disponíveis eram ocupadas pelas aulas do curso de Letras. Por isso, foi necessário contar com parcerias de algumas instituições como a Universidade Aberta do Brasil (UAB) polo Brumado, a Escola Zilda Neves e o Colégio Modelo, que disponibilizaram salas para que o curso fosse realizado.

No ano de 2016 o Campus XX da UNEB mudou-se para um prédio maior, pois com mais um curso novo no Departamento – o curso de Direito –, houve o aumento de novas turmas e já não era possível atender as demandas dos Colegiados de Letras e de Direito, além das demandas administrativas por falta de espaço físico.



Fonte: DCHT/UNEB/Campus XX (2023).

Hoje, o Campus XX está localizado na Rua Exupério Pinheiro Canguçu, nº 300, Centro de Brumado (em frente à Agência do SAC) e oferta os cursos de Letras, Direito e Pedagogia. O Campus da UNEB de Brumado foi o vigésimo campus a ser implantado pela instituição para o cumprimento da missão de produzir, difundir, socializar e aplicar o conhecimento nas diferentes áreas do saber. A cidade de Brumado pertence ao território de identidade Sertão Produtivo, que é composto por 19 municípios (UNEB, 2023).

Com a mudança para um novo espaço físico em 2016, o Departamento reservou duas salas de aula exclusivamente para ofertar o Programa Universidade Para Todos. Por isso, desde 2016 os alunos do programa UPT têm o contato direto com a universidade, podendo conhecer bem de perto o ambiente ao qual eles almejam adentrar. O curso acontece na modalidade presencial e conta com aulas das disciplinas elementares da educação básica, como Língua Portuguesa, Redação, Matemática, Física Química, Biologia, Literatura, História, Geografia e Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol), além de atividades interdisciplinares, palestras, simulados, visitas de campo e programa de orientação vocacional para os cursistas. Além disso, oferece o material didático sem qualquer custo e concede isenção da taxa de inscrição nos vestibulares para alunos que tiverem frequentado mais de 75% das aulas ofertadas.

A coordenação do programa é composta por supervisor de polo, secretário de apoio escolar, gestor de polo e coordenador pedagógico. As funções citadas não formam o objeto central deste trabalho, mas entende-se que seja pertinente uma breve discussão.

A forma de seleção dos profissionais descritos acima ocorre por meio de edital específico das universidades estaduais, mantendo diretrizes e requisitos praticamente iguais em todas as instituições de educação superior do estado da Bahia. Os alunos do programa são alunos que estão no último ano do ensino médio do Colégio Estadual de Brumado e Colégio Estadual Getúlio Vargas, além de egressos das escolas estaduais de Brumado.

2.3 Sujeitos

Os sujeitos que fizeram parte da pesquisa foram escolhidos por possuírem uma relação direta com o Programa Universidade Para Todos ofertado pelo DCHT Campus XX Brumado. Para a coleta de dados, como já supracitado, foi feita uma pesquisa de campo.

Na pesquisa de campo, como afirma Barros e Lehfeld (2005, p. 75), “o pesquisador assume o papel de observador e explorador, coletando diretamente os dados no local em que se deram ou surgiram os fenômenos”. Dessa forma, a pesquisa utilizou como critério de inclusão quinze sujeitos, que tiveram relação direta ou indireta com o programa UPT durante a oferta do programa em Brumado. O público alvo da pesquisa para aplicação do questionário está apresentado na tabela abaixo.

Tabela 01 – Público alvo da pesquisa

CATEGORIA	QUANTITATIVO	DESIGNAÇÃO
Coordenador Geral do UPT/UNEB	01	CG
Coordenador Local de polo Brumado	02	CLP
Diretor de Departamento da UNEB	01	DD
Monitor	01	M
Coordenador Pedagógico	02	CP
Secretário de Apoio Escolar	02	SCE
Ex-alunos do programa	06	EXAL

Fonte: Dados produzidos pela autora (2023).

A definição dos sujeitos elencados anteriormente, bem como aqueles que responderam às questões apresentadas nos questionários, se deu porque se entende que cada um deles esteve vinculado ao UPT, possuindo atribuições específicas em toda a dinâmica de funcionamento dos

cursos e, por isso, puderam apresentar os seus pontos de vistas sobre os mesmos aspectos, sobretudo no tocante aos êxitos vivenciados por eles ao longo do tempo em que estiveram envolvidos com o programa. Conseguimos abstrair, destes sujeitos envolvidos, as contribuições do curso UPT para o acesso ao ensino superior. Todos os sujeitos envolvidos na pesquisa foram designados por siglas, a fim de preservar a identidade de todos e obedecer aos princípios éticos da pesquisa.

2.3.1 Perfil dos sujeitos entrevistados

A aproximação com os sujeitos escolhidos para fazerem parte da pesquisa ocorreu amigavelmente. Fizemos contato de forma individual por telefone e pessoalmente. Assim que eles aceitaram fazer parte da pesquisa, encaminhamos o formulário *online* do *Google Forms* para que pudessem responder. Esta opção metodológica foi escolhida por oportunizar maior liberdade aos sujeitos para que pudessem expressar seus pontos de vista a respeito do assunto aqui investigado.

Dessa forma, eles receberam o convite para participarem da pesquisa e também esclarecimentos sobre o trabalho, atentando para o Consentimento Livre e Esclarecido, tendo suas identidades preservadas para que as informações coletadas não causassem qualquer tipo de transtorno ou danos.

A autoria dos depoimentos dos sujeitos da pesquisa foi indicada conforme as designações informadas na tabela acima. Como houve contribuições de alguns participantes pertencentes às categorias em determinadas situações, houve a inclusão de numerais para que acontecesse a distinção entre eles, mas sempre assegurando o anonimato. Por exemplo: para referência de dois coordenadores pedagógicos, os mesmos foram tratados como CP1 e CP2. O mesmo aconteceu com os ex-alunos do programa, sendo feita a menção com a descrição EXAL 1, EXAL 2 e assim consecutivamente.

O intuito do questionário foi obter informações sobre o ponto de vista dos colaboradores que tiveram relação direta com o nosso projeto de pesquisa através da pesquisa empírica. Assim, conseguimos conciliar os dados da pesquisa empírica com os dados da pesquisa acadêmica e chegamos a uma melhor discussão sobre os aspectos que influenciam os discentes a procurar o Programa UPT para o ingresso no nível superior. Com esses questionários, foi possível analisar a importância do programa a partir do ponto de vista desses três segmentos.

Segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 49), “a palavra escrita assume particular importância na abordagem qualitativa, tanto para o registro dos dados como para a

disseminação dos resultados”. A análise de dados foi feita após a distribuição dos questionários que serviram para executar a entrevista estruturada respondida pelos colaboradores.

Goldenberg (2004) confirma o que dizem Bogdan e Biklen (1994) pois, para a autora, na pesquisa qualitativa, a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão sobre determinado assunto.

2.4 Análise dos dados da pesquisa

Bogdan e Biklen (1994) afirmam que a pesquisa de campo é a forma que o pesquisador usa para recolher os dados na pesquisa qualitativa e é também o lugar onde o investigador se depara com os sujeitos da sua pesquisa. Essa fase da nossa pesquisa só foi possível devido ao fato de já ter sido aprovada e autorizada² na Plataforma Brasil, cadastrada junto ao Comitê de Ética da UNEB, que autorizou a aplicação dos questionários *online* aos sujeitos da nossa análise.

O instrumento que utilizamos para a coleta de dados foi uma entrevista estruturada via questionário *online*, feito no *Google Forms*. Dessa forma, a ferramenta de coleta de dados escolhida foi importante para alcançarmos os objetivos propostos neste estudo. Enfatizamos que os dados coletados foram usados apenas para elaboração da pesquisa e foram analisados apenas pela pesquisadora e pelo seu orientador para fins científicos. Após serem coletados os dados, eles foram tabulados e analisados segundo os entendimentos dos referenciais teóricos, onde se encontram as categorias de codificação. Em seguida, os códigos do método foram agrupados e analisados.

A coleta de dados foi feita por meio de entrevista estruturada. Após a distribuição dos questionários que serviram para executar a entrevista, foram coletados os dados e feito uma análise a partir da teoria que envolve as discussões nesta dissertação. Isso porque, segundo Franco (2005), a interpretação e apresentação dos resultados deve seguir a contextualização dos fatos.

De acordo com Sousa (2019), os dados são embasamentos fundamentais para a construção do relatório da pesquisa. Por isso, compete aos pesquisadores “estabelecer uma inteligibilidade, isto é, uma análise, uma interpretação, uma compreensão criteriosa dos dados e construir a informação” (Sousa, 2019, p. 24).

² Projeto de Pesquisa submetido ao Conselho de Ética da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com a aprovação do CAAE de N.º 63453522.6.0000.0057.

2.5 O produto educacional

Em um Mestrado Profissional, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES) indica como produção para obtenção do título de mestre a Dissertação de Mestrado e um Produto Educacional. Segundo o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino Linguagem e Sociedade (PPGELS), Mestrado Profissional, entende-se por produto o que afirma o documento da Área 46 da CAPES, área de Ensino.

Um processo ou produto educativo é aplicado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, em formato artesanal ou em protótipo. Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de vídeo-aulas, um equipamento, uma exposição, entre outros. A dissertação/tese deve ser uma reflexão sobre a elaboração e aplicação do produto educacional respaldado no referencial teórico metodológico escolhido (Brasil, 2019, p. 15).

Dessa forma, de acordo com as normas do PPGELS, ao final dos dois anos do Mestrado o discente precisa apresentar uma dissertação e um produto educacional para conclusão do curso. O produto deve ser apresentado e avaliado no dia da defesa da dissertação e depois de ser aprovado, ficando registrado e disponibilizado no site do PPGELS.

A construção do produto educacional desta pesquisa justifica-se pela sua influência social, pois tem a finalidade de ser um mecanismo de comunicação e orientação, através do qual o seu público-alvo poderá ter acesso a informações que porventura se façam necessárias em uma determinada situação.

Apesar do Programa UPT ofertado no Campus XX ser de grande notoriedade e relevância social, talvez não tenha concretizado seus ideais nos últimos tempos por um motivo ou outro. Partindo desta premissa, elaboramos como produto da pesquisa uma cartilha intitulada “Universidade é para todos”, direcionada aos alunos do terceiro ano do ensino médio. O objetivo é apresentar o UPT e seu espaço de funcionamento aos alunos que desejam ingressar no programa, visto que muitos desconhecem sua existência e, quando conhecem, muitas vezes não sabem que é um curso gratuito ofertado pela UNEB.

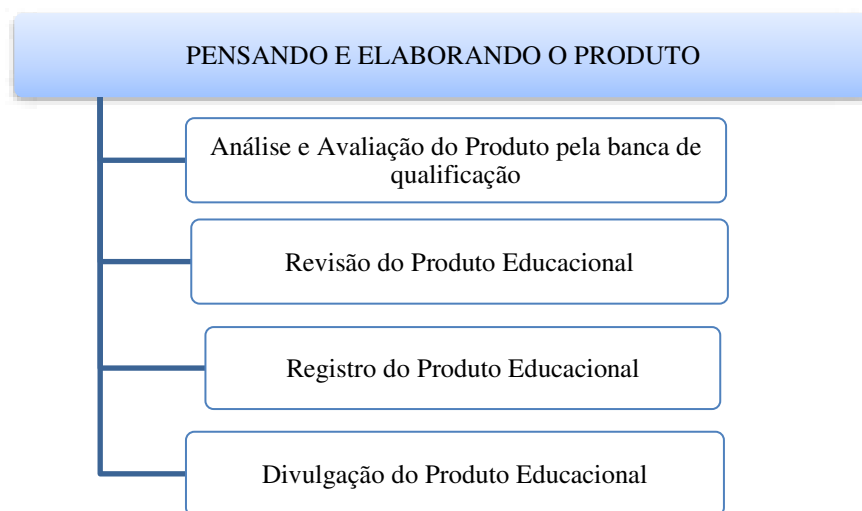
Dessa forma, buscando um meio de informação de fácil acesso é que produzimos a cartilha, visto que é um recurso instrucional impresso/digital que serve como material de estudo, facilitando e fixando melhor o aprendizado. Além de ser informativo, o produto também tem grande importância na função de conscientização das pessoas de forma clara e objetiva, por isso é um material que favorece o público alvo e a comunidade em geral.

Utilizamos a cartilha para apresentar informações gerais sobre o Programa Universidade Para Todos, como quando surgiu, qual o objetivo do programa, quem pode se matricular no

curso, como funciona e onde funciona, além de relatar opiniões de profissionais que passaram pelo UPT e hoje se encontram atuando em profissões de destaque. A finalidade também é promover uma reflexão sobre o programa no sentido de reconhecer sua significância para a formação e preparação do indivíduo, promovendo condições de igualdade e inclusão social no mercado de trabalho e no ingresso ao ensino superior.

Quanto aos beneficiários com esta pesquisa, entende-se que serão todos que têm interesse em conhecer o Programa Universidade Para Todos que é ofertado no Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias do Campus XX da UNEB, sejam eles alunos do ensino médio, egressos e pesquisadores da área, além da comunidade como um todo. Assim, para elaboração desse produto foram realizadas as seguintes etapas:

Fluxograma 02 - Construção do produto educacional



Fonte: Dados produzidos pela autora (2023).

3 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

“Um dos maiores erros que existem é julgar os programas e as políticas públicas pelas intenções e não pelos resultados” (Milton Friedman, 1975).

Saúde, educação, moradia, proteção à infância, segurança, alimentação, transporte e livre manifestação do pensamento são direitos previstos na Constituição Federal de 1988. Com

o intuito de buscar resolver problemas e desafios públicos dentro da nossa sociedade como melhoria, seja na saúde, na educação, no transporte ou economia, as Políticas públicas são ações e decisões estabelecidas nas diversas esferas de poder legislativo e executivo e formuladas por deputados, senadores e vereadores, como também por empresas e associações populares que visam resolver esses problemas.

Sobre políticas públicas, Boneti (2003) a define como a ação que nasce do contexto social, mas que passa pela esfera estatal como decisão de intervenção pública numa realidade, quer seja ela econômica ou social. São forças que se estabelecem no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos, políticos e classes sociais.

Ainda sobre a temática, Andrade e Silva (2019) definem políticas públicas como

[...] ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com participação de agentes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico. Desse modo, as políticas públicas direcionam a ação dos governos para áreas específicas, com o intuito primordial de buscar soluções para os problemas enfrentados pela sociedade (Andrade; Silva, 2019, p. 2).

A partir do contexto acima, entendemos que as políticas públicas são desenvolvidas para melhorar o bem-estar das pessoas. Logo, entende-se que, segundo as autoras, “as Políticas Públicas estão relacionadas aos direitos sociais, que têm por objetivo garantir às pessoas condições materiais tidas como imprescindíveis para o pleno gozo dos seus direitos” (Andrade; Silva, 2019, p. 3).

Mesmo que pareça a mesma coisa, é preciso esclarecer que existe uma diferença entre Política de Estado e Política de Governo. A Política de Estado se refere à política realizada independente do governo e seu governante, porque ela é defendida pela Constituição Federal. Já a Política de Governo depende da alternância de posse. Ou seja, cada governo deverá trazer seus projetos, que serão transformados em políticas públicas. Ainda sobre esta afirmativa, Sousa (2019) cita que:

Cada gestão deseja registrar “sua marca”, logo efetua reformas e mudanças, o que não traduz necessariamente em melhorias e avanços. O populismo, o clientelismo ou o patrimonialismo exercem influência até maior do que as instituições formais, na definição de políticas públicas (Sousa, 2019, p. 51).

Assim, podemos lembrar que sempre que surge uma crise no país, as políticas sociais são as primeiras a terem recursos cortados ou são extintas, mesmo que tenha sido uma política pública que tenha dado resultado e esteja beneficiando um determinado grupo. Ainda discorrendo sobre este assunto, Costa (2019) afirma:

O campo das políticas públicas requer estudos cada vez mais aprofundados para compreender as territorialidades e desdobramentos de uma determinada política,

entendendo principalmente seu papel social, econômico e cultural. Nesse sentido, é preciso analisar seus rebatimentos na sociedade e as relações que são estabelecidas nesse processo, relações sociais, territoriais e de poder (Costa, 2019, p. 111).

A reflexão que autor coloca nas afirmativas supracitadas, são de grande relevância uma vez, que são ações e programas que são desenvolvidos pelos governos dedicados a garantir o bem estar da população, por isso é preciso cada vez mais fazer r estudos cada vez mais aprofundados com o intuito de prezar, cuidar e para garantir essas políticas públicas, para colocar em prática direitos que são previstos na Constituição Federal e em outras leis. Existem quatro tipos de políticas públicas no Brasil: a distributiva, a redistributiva, a regulatória e a constitutiva. Discorreremos sobre cada uma delas brevemente nos tópicos a seguir.

3.1 Políticas públicas distributivas

As Políticas públicas distributivas são criadas com o orçamento público e contemplam ações que criam e fornecem serviços para a população através do Estado. Elas são vistas como políticas sociais. Segundo Souza (2019, p. 46), “a construção de hospitais, escolas, pontes, salário-desemprego, benefício de prestação continuada, programas de renda mínima, constituem exemplos de políticas públicas distributivas”. A política pública distributiva busca atender a necessidades de um determinado grupo social, outro exemplo importante é a distribuição de preservativos em comunidades carentes.

3.2 Políticas públicas redistributivas

As Políticas públicas redistributivas são as que são criadas com o objetivo de diminuir a desigualdade social. Dessa forma, por alcançar um número maior de pessoas, as políticas redistributivas são vistas por muitos como políticas sociais universais. A isenção do imposto de renda e os financiamentos estudantis para jovens e adultos de baixa renda são exemplos de políticas públicas redistributivas criadas para que estas pessoas tenham a oportunidade de acesso ao ensino superior. O sistema tributário, o sistema previdenciário e a reforma agrária também são exemplos de política redistributiva.³

3.3 Políticas públicas regulatórias

³Mais informações: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/tipologias-da-politica-publica/>

As Políticas públicas regulatórias estão diretamente relacionadas com as leis. Elas criam e fiscalizam as leis que asseguram os direitos e o bem estar de todos. Segundo Sousa (2019, p. 46) as políticas regulatórias “são uma forma de controlar a população, justamente por estabelecer imperativos, ordens, proibições por meio de leis, decretos e portarias”. Elas são responsáveis também pela normatização das políticas públicas distributivas e redistributivas como, por exemplo, o código de trânsito, os assuntos relacionados ao aborto e a proibição de fumo em locais fechados.

3.4 Políticas públicas constitutivas

As políticas constitutivas têm como propósito determinar as responsabilidades das áreas de poder, como distribuir e determinar se a obrigação sobre algo é da administração municipal, estadual ou federal.

Muitas destas políticas públicas estão em contato conosco constantemente, mas nem sempre as identificamos como políticas públicas. São exemplos: Auxílio Emergencial, elaborada e aprovada pela Câmara dos Deputados em 2020; o Programa Bolsa Família, criado em 2003; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que tem como objetivo proteger a integridade das crianças e adolescentes brasileiros; a Lei do Racismo (Lei 7.716/89); o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que é uma política pública educacional que democratizou o acesso ao ensino público; o Estatuto do Meio Ambiente, um dos exemplos mais clássicos de política pública ambiental; a Lei Maria da Penha, política pública para mulheres, com o objetivo de inibir a violência contra a mulher.

3.5 As políticas públicas Educacionais

Desenvolvidas para melhorar o bem-estar das pessoas e ascender o nível de desenvolvimento social e econômico da população em nosso país, as políticas públicas são de grande importância na vida de todas as pessoas que direta ou indiretamente são beneficiadas por elas. Sobre essa afirmativa Teixeira (2018) afirma que

[...] é necessário investir nas políticas públicas de direitos básicos, tendo em vista que a falta destes acarreta prejuízo em vários outros, por exemplo, admite-se que a violência está interligada com outros fatores, haja vista que esta também é fruto da pobreza, do desemprego, da má distribuição de renda, que juntos acarretam a desigualdade social [...] (Teixeira, 2018, p. 32).

As políticas públicas são de responsabilidade do Estado e, desta forma, é sua função

também regular as mesmas propiciando políticas públicas e sociais com o intuito de reduzir as desigualdades para que as pessoas possam alcançar sua autonomia e liberdade. Isto se consegue por meio de políticas que tenham como objetivo garantir que esses indivíduos tenham acesso aos bens necessários para seu desenvolvimento como saúde, educação, emprego, qualificação profissional, cultura, esporte e lazer. Por tudo isso, podemos dizer que as Políticas públicas são ações e programas que buscam assegurar e pôr em prática todos os direitos que estão na Constituição Federal para garantir o bem-estar da população.

De acordo com Freire, Graia e Porto (2019), nos últimos anos houve um aumento significativo da população brasileira que teve acesso à educação em todos os níveis. Segundo os autores, isso ocorreu após a Constituição Federal de 1988, pois “o cenário educacional do país sofreu grandes processos de mudanças e novos personagens sociais passaram a se inserir nesse espaço, antes composto apenas pela pequena elite brasileira” (Freire; Graia; Porto, 2019, p. 4).

É sabido que a educação era um privilégio de poucos, pois somente quem tinha condições econômicas tinha acesso à escola. Sobre isto, Anísio Teixeira (1967) nos lembra que:

Sem querer nos estender muito ao passado, devemos recordar que, em todo o tempo da colônia, vivemos um tipo de governo de natureza absolutista, com a educação reduzida aos colégios confessionais, destinados predominantemente à formação do clero [...] (Teixeira, 1967, p. 70).

O Brasil demorou a colocar a educação como prioridade. Percorremos um caminho histórico marcado pelo conservadorismo e patrimonialismo. De acordo com Sousa (2019),

[...] o Brasil perpassou por obscurantismo educacional sem precedentes, de 1964 a 1985, devido ao Regime Militar que abordou as possibilidades de revolucionar a educação brasileira, sob o pretexto de que as propostas educacionais eram comunizantes e subversivas. Universidades foram fechadas, professores calados, demitidos e presos. Muitos estudantes, professores e demais intelectuais que se rebelaram contra este regime, foram até exilados ou mortos (Sousa, 2019, p. 40).

Costa (2019) cita que “durante a Ditadura Militar (anos 1960 a meados dos anos 1980) era ainda menor a chance de se promover emancipação educacional no país, pois a ideia era de controle total do que se ensina” (Costa, 2019, p. 89). Era cotidiano o uso da repressão e da censura no ensino, com a “introdução de disciplinas que defendiam a ideologia da Segurança Nacional, o encerramento de diretórios e grêmios estudantis” (Sousa, 2019, p. 40).

Por isso, todas as conquistas que foram alcançadas até hoje na área da educação se devem a muitas lutas. Todos os movimentos sociais e as manifestações precursoras da educação lutaram muito para estabelecer “uma educação pública, laica, democrática e acessível” (Sousa, 2019, p. 40).

Costa (2019) afirma que “historicamente, as políticas educacionais partiram do Estado para o povo. Desde as reformas propostas no Manifesto da Educação de 1932, a população, em sua maioria, não foi consultada” (Costa, 2019, p. 89). Neste sentido, Libâneo (2016) também afirma que

[...] nas primeiras décadas do século XX, foram introduzidas políticas baseadas no movimento da Escola Nova, inspirado em John Dewey e em outras orientações modernas, expressas no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova lançado em 1932, liderado por Anísio Teixeira. Cabe lembrar, também, o papel da Associação Nacional de Educação – Ande –, na década de 1980, em favor de uma visão crítica da democratização da educação por meio do acesso a conteúdos significativos. Mais recentemente, ocorreram movimentos de valorização da escola pública de iniciativa de educadores, quase sempre semi oficiais. Atualmente, as políticas educacionais têm seu lastro em orientações de organismos internacionais, tal como analisadas anteriormente, desde a adesão do governo brasileiro às recomendações formais expedidas pelas Conferências Mundiais sobre Educação para Todos e outros eventos patrocinados pela Unesco e Banco Mundial [...] (Libâneo, 2016, p. 48).

Ainda segundo Libâneo (2016), as políticas educacionais aplicadas à escola têm sido influenciadas pelas organizações internacionais, as quais acarretam “um impacto considerável nas concepções de escola e conhecimento escolar e na formulação de currículos” (Libâneo, 2016, p. 40). O autor ainda afirma que:

Nesse enfoque de educação, os papéis da escola e do ensino referentes aos conteúdos científicos e ao desenvolvimento da capacidade de pensar estão ausentes, a despeito do uso de termos edificantes como desenvolvimento humano, aprendizagem para todos, equidade, inclusão social. A escola se reduz a atender conteúdos “mínimos” de aprendizagem numa escola simplificada, aligeirada, atrelada a demandas imediatas de preparação da força de trabalho (Libâneo, 2016, p. 47).

Ainda segundo Libâneo (2016), “tais políticas trazem junto o desfiguramento da escola como lugar de formação cultural e científica e, em consequência, a desvalorização do conhecimento escolar significativo” (Libâneo, 2016, p. 41). Sobre essa questão, Costa (2019, p. 92) cita que “as políticas públicas no contexto desse período histórico empurram a escola cada vez mais para o papel de mera reprodutora do sistema”.

No Brasil, o direito à educação está presente no texto da Constituição Federal de 1988. A educação em nosso país tem mudado significativamente, mas ainda falta muito para atender todas as demandas em um país que possui um alto índice de desigualdade social. Por tudo isso é que as políticas públicas educacionais são importantes, pois elas atuam para garantir que mais pessoas tenham acesso à educação.

As definições do termo políticas públicas educacionais são muitas e variam de acordo com o autor. Segundo Smarjassi e Arzani (2021), políticas públicas em educação são definidas como aquelas que:

Consistem em programas ou ações elaboradas em âmbito governamental que auxiliam

na efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal; um dos seus objetivos é colocar em prática medidas que garantam o acesso à Educação para todos os cidadãos. Nelas estão contidos dispositivos que garantem a Educação a todos, bem como a avaliação e ajuda na melhoria da qualidade do ensino no país (Smarjassi; Arzani, 2021, p. 1).

Já Costa (2019, p. 114) as define da seguinte forma: “entende-se por políticas públicas educacionais aquelas que regulam e orientam os sistemas de ensino”. Sobre isto, podemos dizer que é sabido que a responsabilidade de conduzir as políticas públicas de educação é do Ministério da Educação (MEC) e das secretarias de educação estaduais e municipais.

A Lei nº 9.394 de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), responsável por todo o sistema educacional do Brasil, abrange a educação no país como um todo, decidindo como a União, os Estados e os Municípios precisam articular seus atos no desenvolvimento do ensino público de forma a garantir a qualidade dos sistemas educacionais.

Nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos 2000, as políticas públicas em educação têm sido foco de debates. Segundo Porto (2021),

o despertar para o surgimento de políticas públicas educacionais tomou força quando, no ano de 2007, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação e o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto N.º 6.094/2007) (Porto, 2021, p. 10).

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), criado pelo MEC em abril de 2007, é composto por um conjunto de cinquenta e duas ações organizadas em quatro linhas: Educação Básica, Educação Superior, Educação Profissional e Tecnológica, Alfabetização e Educação Continuada. Estes dois planos têm como prioridade garantir que todos tenham uma educação básica de qualidade. O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação foi instituído em 2007 através do Decreto 6.094. Este plano é a junção das forças da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios em regime de colaboração para melhoria da qualidade da Educação Básica.⁴

Assim, as políticas educacionais usam de termos normativos na construção de planos com o objetivo de alcançar melhorias para a sociedade na área da educação. Nessa conjuntura, a atual LDB pode ser considerada um dos marcos normativos da política pública educacional em nosso país.

Ainda sobre estas afirmações, Costa (2019) afirma que existe um sistema de ensino no país que abarca todas as políticas educacionais.

⁴ Disponível no site: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/137-programas-e-aco-es-1921564125/pde-plano-de-desenvolvimento-da-educacao-102000926/176-apresentacao>.

O Sistema Nacional de Ensino (SNE) vem sendo repensado há muito tempo, tendo como marco inicial o Manifesto dos Pioneiros da Educação, em 1930, embora não tenha tido muito sucesso. Já na Constituição de 1946 houve um avanço, pois, pela primeira vez, o Estado se ocupava de pensar diretrizes para Educação, apesar de também não ter logrado êxito. A terceira possibilidade foi em 1988, com a promulgação da Constituição Brasileira. E a última foi com a Conferência Nacional de Educação, em 2010. É importante compreendermos que esse é um processo contínuo de avanços e retrocessos, mas essencial para consolidação de um Sistema Nacional de Educação (Costa, 2019, p. 116).

As políticas públicas são consideradas como a porta de entrada para o ingresso no ensino superior. O sistema educacional de nível superior no Brasil tem passado por grandes transformações nas últimas décadas, e a principal delas foi a proposta de políticas de inclusão social e ações afirmativas implementadas na área da educação. Houve também um aumento no número de instituições de ensino superior, assim como na criação de novos cursos. Por tudo isso que foi dito, é que é importante lutar para manter as políticas públicas educacionais, pois é devido a elas que conseguimos um grande avanço no número de sujeitos que conseguiram o acesso à educação no Brasil e a garantia que toda pessoa tenha direito a um ensino de qualidade no país.

4 ACESSO À EDUCAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR

“A escola pública continua sendo o melhor lugar e o melhor caminho para a luta política pela igualdade e inclusão social” (Libâneo, 2016).

A educação é um fator determinante para o crescimento econômico e transformação de uma nação, uma vez que a mesma leva à diminuição da pobreza. Ela é essencial no desenvolvimento e ascensão social dos indivíduos, sendo responsável pela propagação do conhecimento e habilidades úteis para a atuação do mesmo em seu grupo.

Somente após a vinda da Família Real para o Brasil no ano de 1808 que foram construídas algumas escolas no país para atender às necessidades da Família Real.

Com a fuga da Família Real Portuguesa para o Brasil, o Ensino Superior brasileiro, depois de três séculos, deu seus primeiros passos em direção a algo mais sólido. A chegada do príncipe regente e da sua corte delineou uma nova realidade para a educação como um todo. As novas instituições e os equipamentos urbanos criados pela e para atender a Coroa deram o suporte necessário para a consolidação do Ensino Superior no Brasil [...] (Costa, 2019, p. 47).

Ainda sobre esse assunto, Sousa (2019) cita que:

Em 1808, quando a Família Real veio para o Brasil, fugindo das tropas napoleônicas que invadiram Portugal, os comerciantes solicitaram de Dom João VI, Príncipe Regente, a criação de uma universidade e se posicionaram disponíveis a colaborar financeiramente. Porém, não se criou a universidade e em Salvador, na Bahia, sediou-se o Curso de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia [...] (Sousa, 2019, p. 56).

No período colonial não foram criadas instituições de ensino superior até o início do século XIX. Dessa forma, de acordo com Sousa (2019, p. 56) “ as pessoas de maior poder aquisitivo migravam para Portugal a fim de estudar em Coimbra, a qual oferecia o curso de Teologia, Direito Canônico, Direito Civil, Medicina, Filosofia”.

Existia uma grande expectativa com relação à criação de uma universidade no Brasil naquele período, no entanto,

em 1827, período de regência de Dom Pedro II, foram criados dois cursos de Direito, sendo um em Olinda-Recife e outro em São Paulo-São Paulo. Os cursos superiores que eram criados de orientação profissional eram vistos como substitutos à universidade (Sousa, 2019, p. 56).

Ainda segundo o autor, os países mais desenvolvidos como França, Inglaterra e Estados Unidos começam a demonstrar preocupação maior com a transformação educacional e se destacavam, enquanto que a maioria dos países da América Latina não acompanhou esta mesma perspectiva. No Brasil, o desenvolvimento educacional ocorreu com interrupções nas políticas públicas e falta de financiamento estabelecido por lei, delongando o desenvolvimento da nação. Apenas a partir da Constituição de 1988 que se estabelece um teto mínimo de investimentos para a educação.

A Constituição Federal diz que a educação é um direito de todos cabendo ao Estado o dever de torná-la efetiva mediante a implementação de políticas educativas e de garantias previstas em seu artigo 208: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I- ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (Brasil, 1988, p. 36).

Segundo Costa (2019, p. 58), “apesar da significativa melhoria no cenário educacional, nem todas as questões da Educação estão resolvidas”, e isto é em relação à situação atual. No entanto, se pararmos para fazer uma análise em relação como era o acesso à educação superior ainda no período colonial, veremos que as primeiras faculdades foram criadas após a transferência da corte portuguesa para o Brasil, sendo coordenadas por escolas superiores

profissionalizantes e faculdades isoladas.

Discorrendo sobre o assunto, Carneiro e Bridi (2020, p. 3) afirmam que “somente na década de 1920 foi finalmente criada a primeira Universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro”. Logo, segundo as autoras, o surgimento da universidade no Brasil foi tardio, diferente do que ocorreu nas colônias espanholas. Desta forma, percebemos que hoje existe uma melhoria muito significativa, partindo-se do princípio de que o ensino superior era um benefício para poucos. De acordo com Sousa (2019),

A obrigatoriedade dos diversos níveis educacionais é bem recente. Há destaque para o pós Constituição de 1988 em que são enfatizadas algumas políticas importantes para o acesso à educação e, sobretudo, no que diz respeito ao ensino superior (Sousa, 2019, p. 19).

Dessa forma, podemos perceber que o crescimento do acesso às universidades deve-se às políticas públicas federais, como o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o PROUNI, políticas que ampliam o acesso e a permanência dos estudantes na educação superior. Elas carregam a responsabilidade do projeto neoliberal que fundamenta boa parte de toda essa expansão recente do ensino superior no Brasil.

Embora tenha ocorrido uma ampliação das políticas de inclusão, o acesso ao ensino superior no Brasil ainda está limitado a uma pequena parcela da população. Mesmo depois do aparecimento da Emenda Constitucional nº 59/2009, que se colocou como uma tentativa de continuar na busca em defesa do direito constitucional à educação.

Segundo informações de Fernando Coelho, publicado pelo jornal da USP, em agosto de 2021 a educação superior no Brasil é “historicamente limitada e necessita de políticas públicas de acesso” (Jornal da USP, 2021, Educação superior no Brasil é historicamente limitada e necessita de políticas públicas de acesso). Segundo a pesquisa, embora tenha havido a ampliação das políticas de inclusão, o acesso ao ensino superior no Brasil ainda é limitado. As informações apanhadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2019 comprovam que apenas cerca de 20% da população entre 25 e 34 anos tem um diploma de nível superior no Brasil. Ainda de acordo com a mesma pesquisa, 40% dos ingressantes em universidades, em 2019, pertenciam aos 20% da população com maior poder econômico. No mesmo ano, só 5% pertenciam aos 20% mais pobres da população⁵.

Uma educação pública, gratuita e de qualidade é fator importante para que a população

⁵ Disponível no site: <https://jornal.usp.br/atualidades/formacao-na-educacao-superior-nao-pode-prescindir-de-politica-de-ciencia-tecnologia-e-inovacao/>.

tenha boas condições de vida. Corcini e Boneti (2006, p. 2) afirmam que “Educação de qualidade é o que todo cidadão busca quando se trata de ensino, de escola, ainda mais em se tratando de um direito adquirido e com previsão legal”.

Quando se tem uma boa formação, é muito mais fácil buscar melhorias profissionais, diminuindo as desigualdades, sendo a busca pelo conhecimento fator fundamental para a aquisição de novos caminhos e evolução da sociedade. Corroborando a importância das políticas públicas de acesso ao ensino superior, Carneiro e Bridi (2020) afirmam que:

O cenário do Ensino Superior no Brasil alterou-se significativamente na última década, como resultado de políticas públicas de ampliação do acesso implantadas pelo governo federal. O aumento no quantitativo de vagas possibilitou o ingresso na Universidade de camadas antes excluídas deste nível de ensino. No entanto, os números ainda não são próximos do ideal, considerando que expressivo quantitativo da população brasileira continua fora do Ensino Superior (Carneiro; Bridi, 2020, p. 2).

Dessa forma, podemos afirmar que a realidade do acesso excludente aos níveis superiores de ensino tem diminuído atualmente, uma vez que muitos grupos são beneficiados com as políticas públicas educacionais, como pessoas de baixa renda, pessoas negras, indígenas, quilombolas, ciganos, pessoas com deficiência, transexuais, travestis e transgêneros.

Segundo Carneiro e Bridi (2020, p. 3), “este cenário sofreu modificações importantes em virtude de políticas públicas federais”. É necessário refletir que houve uma ampliação de políticas de inclusão, porém o número de ingressantes oriundos da população pobre nas universidades ainda é baixo.

Políticas educacionais como o FIES, o PROUNI, o REUNI, a UAB, as Políticas de Ações Afirmativas, a Lei das Cotas e o ENEM são exemplos de ações que têm facilitado a inclusão da população marginalizada no ensino superior (Corcini; Boneti, 2006).

Frente ao exposto, pode-se inferir que essas políticas públicas não podem passar despercebidas, uma vez que, conforme citado acima, muitos grupos antes excluídos hoje são beneficiados, o que mostra sua importância. Teixeira (2018, p. 20) cita que “as políticas sociais têm como fito estabelecer, através do Estado, um padrão de proteção social para redistribuição de benefícios sociais e diminuição de desigualdades”, pois contribuem para o fortalecimento da cidadania, uma vez que elas são políticas voltadas para a oferta de bens e serviços básicos à população buscando garantir condições para que todos tenham oportunidades equitativas na nossa sociedade.

5 PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – UPT

"A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo"- Nelson Mandela (1918-2013)

Neste capítulo faremos uma discussão sobre a origem do curso pré-vestibular UPT a partir de pesquisa bibliográfica que embasa esta ação, dando ênfase também ao projeto de extensão Pré-Vestibular Social, executado no Campus XII da Universidade do Estado da Bahia no município de Guanambi e que serviu como modelo para a criação do UPT.

5.1 Os cursos preparatórios populares: as origens do UPT

Para ingressar em uma Universidade em nosso país é necessário muitas vezes superar inúmeros obstáculos, principalmente se o candidato fizer parte de grupos sociais tradicionalmente excluídos como os moradores de comunidades periféricas, as pessoas negras, indígenas e os egressos de escolas públicas. Existem inúmeras barreiras que impedem estas populações de acessar o ensino superior como, por exemplo, a falta de oportunidade de vagas, questões financeiras, geográficas e socioeconômicas.

O Brasil desenvolveu, durante muitos anos, uma educação que priorizava a elite. Da mesma forma, a universidade não foi criada para negros, índios, e pessoas de baixa renda, ou seja, o sistema reproduz, historicamente, discriminações que afetam principalmente pessoas negras e pobres. Os cursos preparatórios populares nascem do desejo e da força destes grupos discriminados que buscam se preparar para ingressar no ensino superior. Sobre este assunto, Camargo (2009) afirma que

os cursinhos pré-vestibulares populares geralmente são voltados para alunos provenientes de escolas públicas e sem condições financeiras para pagar por um pré-vestibular particular. Eles surgem na década de 1950 e têm um grande crescimento a partir dos anos 1990. A formação dos cursinhos populares se dá através de iniciativas da sociedade civil, na tentativa de diminuir a desigualdade no acesso ao ensino superior público e gratuito (Camargo, 2009, p. 17).

O objetivo principal dos cursinhos era a democratização do ensino. Silva (2007, p. 120) afirma que “[...] o principal interesse dos cursos pré-vestibulares populares não é a preparação para a realização das provas, mas o resgate da autoestima, a participação nos movimentos e a mudança do sistema de educação de forma geral”. O sistema educacional no país ampliou o acesso a um número maior de vagas no Ensino Superior, mas as desigualdades nesses processos se mantiveram.

Nascimento (1999) afirma que na década de 1970, diferentes movimentos sociais, juntando segmentos culturais, de periferias, de mulheres, étnicos e de educação popular, se mobilizaram em defesa de suas demandas. Os movimentos negros foram dos que mais se destacaram e se juntaram em luta para vencer as barreiras do acesso à universidade por meio de cursinhos alternativos. Um exemplo, segundo Camargo (2009) é o caso do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), surgido na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, em 1993.

O PVNC é um Movimento popular e laico que funciona como um curso preparatório para os vestibulares das Universidades Públicas, além de fomentar ações para a democratização do direito à educação formal.⁶ Eles lutam contra o racismo e a desigualdade e pela democratização do direito à educação. De acordo com Brito (2018):

⁶ Mais informações: <https://www.sentimentanimalidades.net/pvnc/>.

Na mesma época, surgia em Salvador, capital do estado da Bahia, um curso pré-vestibular através da cooperativa Stive Biko, com o objetivo de apoiar e articular a juventude negra da periferia de Salvador, colaborando para a entrada de jovens na universidade. Esta, de certa forma, foi a experiência que mais marcou as pessoas que iriam organizar o Pré-Vestibular para Negros e Carentes, em 1993, visto que foi uma proposta que surgiu nos debates do movimento social negro [...] (Brito, 2018, p. 4).

Silva (2007) cita que:

Na Bahia, nos anos de 2001 e 2002, também foram conquistadas cotas de isenção de taxa no vestibular na UFBA e na UNEB, depois de manifestações no mês de agosto de 2001 e negociações durante o ano de 2002 [...]. O Instituto Cultural Steve Biko também acionou o Ministério Público Federal na Bahia, que concedeu liminar, a seu pedido, para isentar todos os alunos que prestaram vestibular em 2002 (Silva, 2007, p. 116).

Segundo Camargo (2009), a criação dos cursinhos de pré-vestibular populares se dá através de iniciativas de organizações e instituições cívicas voluntárias na tentativa de diminuir a desigualdade no acesso ao ensino superior público e gratuito. “Alguns destes cursinhos eram e, de certa forma, ainda são ações iniciadas dentro de movimentos sociais mais amplos, como é o caso do movimento negro [...]” (Camargo, 2009, p. 93).

Eles exercem um papel importante no acesso à universidade pelos estudantes que pertencem às classes mais pobres. De acordo com Silva (2007) esses cursos populares ingressam como mais um meio na sociabilidade das pessoas que concorre para constituir os valores sociais, ao lado de vários outros, como família, igreja, grupo de amigos, escola, trabalho etc. Ante o exposto Silva (2007) continua seu pensamento dizendo que:

Os cursos pré-vestibulares populares são novos movimentos sociais, com funcionamento em rede e em busca de transformações na educação, pela ampliação do acesso às universidades públicas, pela mudança no conteúdo curricular, para que reconheça o interculturalismo brasileiro, mas fundamentalmente, eles procuram formar novas lideranças, procurando aproveitar a demanda pela Educação Superior para ter acesso aos indivíduos que mais tarde podem ser novas lideranças formadas por esses cursos, como ‘intelectuais orgânicos’ (Silva, 2007, p. 83).

Na visão de Silva (2007), estes cursos podem ser considerados como um movimento social, uma vez que estão realizando manifestações de rua e pressionando autoridades no sentido de democratizar o acesso à universidade. Por isso, segundo o autor, da mesma forma que os movimentos sociais têm suporte de organizações da sociedade civil, os cursos pré-vestibulares populares também têm, assim como as entidades do movimento negro, ONGs, associações e entidades.

Dentre os propósitos primam-se por romper ‘paradigmas previstos’, exclusões históricas e latentes em que os excluídos, como os moradores de favela, filhos de trabalhadores rurais, indígenas, negros, pessoas de classe social desfavorecida economicamente, estudantes de escolas públicas, dificilmente terão êxito escolar e profissional [...] (Sousa, 2019, p. 116).

Oliveira (2017) afirma que grande parte da população baiana não possui escolaridade e nem qualificação adequada para o mercado de trabalho. Segundo informações publicadas por Sabrina Lorenzi, da Agência Nossa⁷, em maio de 2019, o estado da Bahia é o mais desigual do Brasil. Isto porque, segundo dados pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Bahia tem cerca de 6,9 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, ou seja, 44,8% da população. Sobre isto, é sabido que

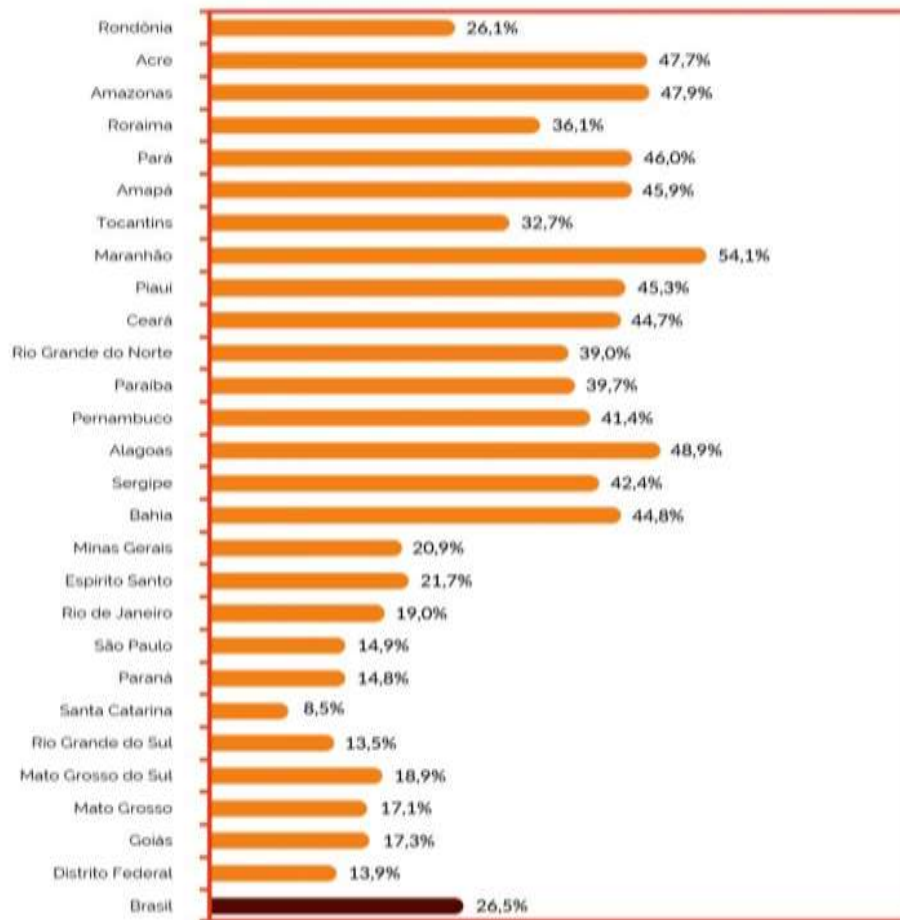
o Recôncavo da Bahia é uma região de grandes desigualdades socioeconômicas como resultado da intensa exploração de mão de obra escravizada ocorrido até o período imperial. Muitos alagozes enriqueceram com a exploração de matérias primas da região e com o trabalho da mão de obra cativa (Oliveira, 2017, p. 4).

A Bahia não é o estado com a população mais pobre, entretanto, é o que mais precisa se esforçar para resolver o problema de ser, com relação aos outros estados, o mais populoso com níveis críticos de pobreza, conforme podemos observar na imagem abaixo.

Gráfico 01 - Percentual de pobres por unidade da federação

⁷ A Agência Nossa é uma agência de jornalismo econômico do Brasil. Ela tem como objetivo cooperar para uma sociedade mais justa e sustentável no nosso país, que segundo eles, está entre os mais desiguais do mundo. Mais informações: <https://agencianossa.com/2019/05/06/bahia-o-estado-mais-desigual-do-brasil/>.

Raio X da Pobreza/ Percentual de Pobres por Unidade da Federação



Fonte: Agência Nossa (2019).

Do ponto de vista de Oliveira (2017, p. 7), o nível educacional da população é um dos principais fatores de desigualdade de renda, uma vez que “a educação destaca-se como elemento motriz do desenvolvimento econômico, umas das raízes para compreender a distribuição de renda e um dos determinantes da mobilidade social no Brasil”. Segundo informações da Agência IBGE Notícias publicadas em 07 de junho de 2023, em 2022, a taxa de analfabetismo no Brasil caiu, mas no Nordeste continua mais alta entre idosos, pretos e pardos⁸.

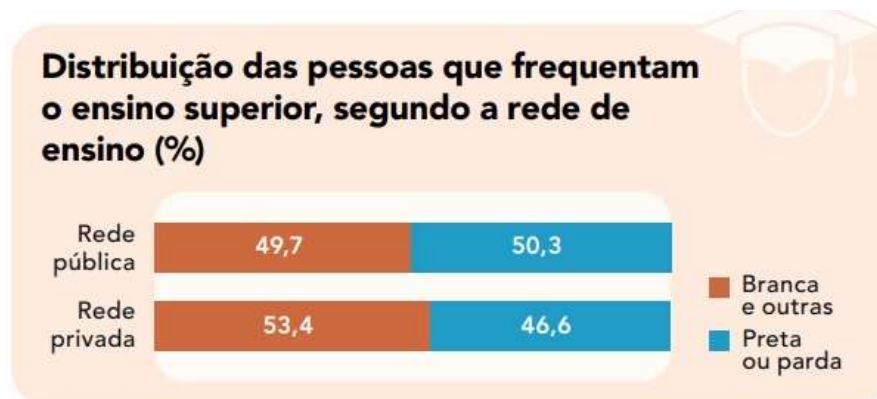
Para Oliveira (2017), todas estas questões sociais e econômicas interferem no cenário educacional da Bahia assim como em toda a Região Nordeste, reforçando a existência dos indicadores críticos de acesso à educação superior.

Em 2019 foi divulgado pelo observatório das metrópoles, o informativo Desigualdades

⁸ Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>

Sociais por Cor ou Raça no Brasil, publicado pelo IBGE. O documento indica que no ano de 2018, pela primeira vez, os negros foram maioria no ensino superior público do Brasil, passando a ser 50,3% dos estudantes de ensino superior da rede pública. Conforme podemos ver no gráfico 02, foi a primeira vez que pretos e pardos ultrapassaram a metade das matrículas em universidades públicas⁹.

Gráfico 02 - Distribuição das pessoas que frequentam o ensino superior



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Fonte: Observatório das Metrôpoles (2018).

É importante destacarmos que a forma como os movimentos negros se articularam em luta para superar as barreiras enfrentadas para garantir o acesso ao ensino superior foram muito importantes. Essa afirmação é perceptível também na fala de Silva (2007), quando diz que

As dificuldades de acesso à universidade desse segmento egresso de escolas públicas, especialmente de negros e pobres, ao lado do fortalecimento de iniciativas populares de organização social que lutam por direitos da cidadania, geraram uma gama significativa de experiências educativas de cursos preparatórios ao vestibular, os pré-vestibulares populares [...] (Silva, 2007, p. 25).

A lei nº 12.711/12 – Lei de Cotas –, que dispõe sobre o ingresso nas universidades e instituições federais de ensino técnico de nível médio é um exemplo de direito adquirido por meio dessas lutas e iniciativas. Antes do surgimento de cursinhos populares, as inserções dos negros nas universidades eram poucas devido ao preconceito e a discriminação racial que estes sofrem.

Esta lei garante 50% das vagas em universidades públicas a pessoas de baixa renda, pessoas oriundas de escolas públicas, pessoas negras, pardas e indígenas. Isto só foi possível por conta das ações dos movimentos sociais, neste caso, especificamente, aos movimentos dos negros espalhados em diversos estados do Brasil. A aprovação desta lei é uma conquista no que

⁹ Fonte: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/pela-primeira-vez-negros-sao-maioria-no-ensino-superior-publico/>

diz respeito às ações de políticas afirmativas para os grupos historicamente excluídos, como enfatiza Nascimento (1999) no trecho abaixo:

Este tipo de luta popular não é uma novidade dos anos 90. Muitas experiências se constituíram nos anos 70 e 80, mas é na década de 90 que o trabalho de preparação para o vestibular numa perspectiva crítica transformadora e preocupada com a emancipação humana ganhou força e se popularizou (Nascimento, 1999, p. 3).

Segundo Oliveira (2017, p. 7), “apesar dos avanços obtidos com a implementação de políticas educacionais de inclusão e permanência, a população negra possui os piores indicadores de distorção idade x série e de acesso à vida acadêmica”. Sobre essas afirmativas Farias (2010) afirma:

As desigualdades sociais no Brasil têm reflexo num sistema educacional de caráter excludente que gerou uma estrutura na qual se reproduziu a pirâmide social. Na base da pirâmide concentram-se as classes sociais de menor poder aquisitivo, enquanto que no topo se encontram os que possuem maior nível educacional, conseqüentemente, aqueles que têm melhores condições econômicas e sociais (Farias, 2010, p. 5).

A educação superior no Brasil ainda está restrita a uma pequena parcela da população, por isso são necessárias as políticas públicas de acesso ao ensino superior. Pesquisas apontam que nas últimas décadas houve uma expansão do ensino superior no Brasil, porém, o acesso ainda é restrito e há um baixo índice de brasileiros matriculados ou formados em nível superior, segundo pesquisa feita em 2017 pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)¹⁰.

O ENEM e o Sistema de Seleção Unificado (SISU) democratizaram o processo de acesso ao ensino superior em toda região do país. Essas políticas possuem um papel essencial ao proporcionar equidade social. Desta forma é possível uma maior inclusão da população no ensino superior.

O ENEM foi criado pela Portaria 438, de 28 de maio de 1998 do Ministério da Educação durante o governo Fernando Henrique Cardoso e teve como objetivo inicial avaliar o aprendizado dos estudantes do ensino médio de todas as escolas do país. O SISU foi instituído pela Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010 durante o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), sendo desenvolvido pelo MEC, que no período tinha Fernando Haddad como Ministro da Educação.

O SISU é um sistema eletrônico administrado pelo MEC. Este sistema executa a seleção dos estudantes para as universidades públicas com base na nota do ENEM. Os candidatos inscritos são selecionados por ordem de classificação até o limite da oferta das vagas por curso

¹⁰ Disponível em: <https://blog.saraivaeducacao.com.br/acesso-ao-ensino-superior/>

e modalidade de concorrência de acordo com as escolhas realizadas. A inscrição é gratuita e feita exclusivamente pela internet.

5.2 O nascimento do UPT na UNEB

Sousa (2019) afirma que há várias descrições acerca da origem do Universidade Para Todos envolvendo lutas dos movimentos estudantis populares, pautas reivindicatórias de professores, entre outros fatores.

Na concepção de Farias (2010),

O Projeto nasceu do movimento de estudantes e de professores do curso pré-vestibular comunitário UNICOM (Universidade na Comunidade), em 1998, na unidade da UNEB, localizada no município de Serrinha. Existiam também, em outros departamentos, cursinhos comunitários que tinham representação nesse movimento, como foi o caso do Pré-Vestibular “Alargando o Funil” na comunidade do município de Teixeira de Freitas (Farias, 2010, p. 10).

Ainda a este respeito, Sousa (2019) lembra que

O curso pré-vestibular Universidade para Todos (UPT) é componente de um programa mais amplo, denominado Faz Universitário e este integra-se ao Programa de Educação Tributária da Bahia (PET/BA), criado pela Secretaria da Fazenda em parceria com a Secretaria de Educação (SEC), por meio do Decreto nº 8.583, de 14 de julho de 2003. Este decreto se fundamentou no seu antecedente, isto é, o Decreto 8.080, de 11 de dezembro de 2001 e foi alterado pelo Decreto nº 9.149, de 23 de julho de 2004 (Sousa, 2019, p. 118).

Ante o exposto, o Decreto nº 8.269 de 13 de junho de 2002 traz os objetivos do Faz Universitário¹¹ em seu Capítulo I - Art. 1º inciso I: “consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos na Educação Básica pelos alunos da Rede Pública de Ensino da Bahia, visando ao concurso vestibular”. Sousa (2019) ainda pontua que a principal finalidade do Faz Universitário é prover condições de igualdade no mercado de trabalho para alunos egressos da Rede Pública mediante aprofundamento de estudos para os processos seletivos de ingresso no ensino superior.

Vale evidenciar que, de acordo com Farias (2010), na investigação documental não foi localizado nenhum registro escrito que tenha provado a influência do movimento estudantil na formulação do projeto, embora “a reivindicação tenha constado na pauta da agenda pública da SEC e aceitado as medidas e decisões políticas que culminaram [na realização do projeto]” (Farias, 2010, p. 10). Portanto, de acordo com as afirmações do autor, a história do Projeto Universidade para Todos teve sua origem por conta do movimento estudantil, que cobrou da

¹¹ Mais informações: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/77955/decreto-8269-02>

esfera pública o tratamento adequado.

Sousa (2019) cita a importância do cursinho Pré-Vestibular Social no Campus XII da UNEB de Guanambi. Segundo ele, o projeto nasceu da iniciativa de dois professores, um da área de Ciências Sociais e outro da área de Pedagogia. O principal objetivo era auxiliar os alunos que não tinham condições de pagar os cursinhos privados a se prepararem para ingressar na universidade.

O projeto do cursinho pré-vestibular começou como um curso de extensão na UNEB Campus XII. Segundo os idealizadores do curso, no início não haviam recursos para o projeto. Eles trabalhavam voluntariamente para que o projeto fosse colocado em prática e, para isso, contaram com o apoio dos professores e alunos dos cursos de Pedagogia e Educação Física.

O curso era ofertado de forma intensiva aos sábados e domingos, atendendo a comunidade local. Com o tempo, o projeto do cursinho do Campus de Guanambi foi se tornando modelo. Sousa e Nunes (2019, p. 103), citam o depoimento dos idealizadores que afirmam que “o projeto, em Guanambi, foi recebendo adesões voluntárias de outros professores e estudantes do campus, constituindo um ‘efeito dominó’, por conta da sensibilização enquanto a importância do mesmo”. Exemplo disso foi a implementação do projeto nos campi de Barreiras e Bom Jesus da Lapa, realizada pelos professores do campus de Guanambi e que também trabalhavam nos departamentos da UNEB destas cidades.

De acordo com os relatos apresentados por Sousa (2019), somente no segundo ano o projeto começa a receber recursos vindos da pró-reitoria, sendo disponibilizadas bolsas de monitoria pelo Reitor à época. Houve também ajuda por meio de doação de material do próprio Departamento e de alguns órgãos.

Todo o esforço em manter o projeto valeu a pena, “[...] o cursinho Social teve uma organização e didática bem desenvolvidas, os profissionais envolvidos trabalharam com afinco e dedicação de maneira significativa que os índices de aprovação do alunado ultrapassaram a média dos cursos privados” (Sousa, 2019, p. 105). Os resultados positivos do projeto do cursinho pré-vestibular são pensados, pois cresceu e ficou conhecido, o que influenciou na sugestão de criação de um projeto maior. Sobre isso, Sousa (2019) relata a declaração de um dos professores idealizadores do curso:

Neste ínterim, o reitor convidou os autores do projeto para reuniões com o governo do estado e a secretária de educação para as devidas discussões, resultando na aprovação, por parte de todos os envolvidos, no que tange a abranger o projeto para todo o estado. Conseguiu-se a aprovação do projeto no Plano Operativo Anual, garantido recursos financeiros por parte do estado e da UNEB (Jon) (Sousa, 2019, p. 106).

Com toda a repercussão e os resultados positivos apresentados pelo cursinho Pré-Vestibular Social, o reitor da UNEB, que teve o apoio do governo do estado, reuniu com os professores Jon e Ágata para apresentar a proposta de levar o projeto para toda Bahia, sendo coordenado pela Secretaria de Educação (SEC) e executado em todos os campi. Os professores apoiaram a ideia e, depois dessa reunião, surgiu a criação do programa que há mais de vinte anos vem se destacando no papel de preparação dos estudantes e egressos da rede estadual de ensino da Bahia para ingresso no ensino superior.

Com o apoio da reitoria da UNEB, da SEC e do governo estadual, o curso Pré-Vestibular Social foi aprovado no Plano Operativo Anual (POA). A partir daquele momento, o projeto seria executado em todos os campi das quatro universidades estaduais baianas (UNEB, UEFS, UESC e UESB) que iriam participar da elaboração do projeto definitivo e que passaria a ser chamado de Universidade para Todos (Sousa, 2019). O UPT foi lançado em Salvador em agosto de 2003 em uma cerimônia histórica.

5.3 UPT na UNEB

O UPT tem sua genealogia ligada ao Programa Faz Universitário, segundo os Decretos nº 8.583/2003 e nº 9.149/04, vinculado ao Programa de Educação Tributária do Estado da Bahia, coordenado pela Secretaria da Fazenda e desenvolvido em parceria com a Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Um dos seus objetivos é aprofundar os conhecimentos da Educação Básica adquiridos pelos alunos da rede pública de ensino, visando o processo seletivo em instituições de ensino superior. Idealizado inicialmente como Projeto, obteve a condição de Programa, sendo instituído através do Decreto nº 20.004/2020, de 21 de setembro de 2020.

Segundo este Decreto, o UPT é uma Política de Educação do Estado da Bahia. Um curso de pré-vestibular social, popular, que promove aulas regulares em turno oposto às atividades do ensino médio das redes, nas áreas de conhecimento exigidas pelo Exame Nacional do Ensino Médio e pelos vestibulares, sobretudo das Universidades Públicas do Estado da Bahia.

Vimos que o UPT foi criado para atender, inicialmente aos 32 municípios-sede das universidades estaduais parceiras, mas com a pressão popular esse número aumentou para 176 municípios em 2018. No entanto, os documentos a que tivemos acesso não nos permitiu caracterizar melhor os jovens atendidos em relação ao gênero, pertencimento étnico e faixa etária, algo que precisa ser ainda investigado (Teixeira, 2018, p. 68).

É sabido que os sistemas de ensino estaduais e municipais por si só não garantem que a aprendizagem permitirá aos indivíduos competir de forma igualitária com aqueles que possuem

condições de aprendizagem mais sólidas. Com relação a esta afirmativa sobre o sistema educacional, é interessante refletirmos sobre o que cita Costa (2019):

O país, em 2018, discutiu políticas educacionais voltadas para o Ensino Médio a partir do Plano Nacional de Educação, que estava em construção. A proposta foi uma nova reforma na educação dos jovens em todo o país. O que se nota nessa e em outras políticas do passado é sempre a pouca ou quase nenhuma escuta da população em relação às reformas; apesar da internet ter facilitado essa interação, há pouca mobilização por parte da sociedade civil. No novo cenário, mais do que antes, a Educação ainda é encarada com um gasto público, e as políticas públicas da pasta de Educação são as primeiras a sofrer cortes [...] (Costa, 2019, p. 97).

Diante disso, o UPT se configura como um programa do governo estadual no qual há uma iniciativa de ofertar curso preparatório que visa dar igualdade de condições de concorrência aos alunos vindos de escolas públicas do estado da Bahia. Tem como objetivo preparar os estudantes a fim de que possam se inserir no ensino superior. Cabe destacar que a UNEB é uma grande parceira e incentivadora deste programa, pois oferta o cursinho UPT em seus 31 departamentos instalados em seus 26 campi espalhados pelos quatro cantos da Bahia¹² conforme podemos ver na imagem abaixo:

Imagem 02 – UNEB/MULTICAMPIA

¹² Fonte: <https://portal.uneb.br/a-uneb/>

do Estado. Observando este número, podemos perceber que houve um aumento no número de vagas em relação aos anos anteriores conforme quadro abaixo.

Quadro 01 - Quadro de vagas ofertadas pela UPT de 2019 a 2022

ANO	VAGAS OFERECIDAS
Seleção 2019	11.505 vagas
Seleção 2020	12.105 vagas
Seleção 2021	8.400 vagas
Seleção 2022	15 mil vagas

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados obtidos dos editais de seleção dos anos de 2019 a 2022 (2023).

Estas vagas são distribuídas entre as quatro universidades públicas do estado da Bahia, UESB, UNEB, UEFS e UESC e a federal UFRB. Em 2022 foram disponibilizadas 15 mil vagas distribuídas da seguinte forma:

Quadro 02 – Quantitativo de vagas ofertadas pelo UPT 2022 por universidade parceira

UNIVERSIDADE	QUANTITATIVO DE VAGAS
Universidade do Estado da Bahia – UNEB	10.100
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS	1.200
Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC	750
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB	2.200
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB	750
TOTAL GERAL	15.000

Fonte: SEC. Elaborado pela autora (2022).

Foram quinze mil vagas distribuídas em mais de 200 municípios, e atividades que englobam os 27 Territórios de Identidade. Na seleção do UPT do corrente ano, como já foi supracitado, foram ofertadas 18.966 vagas divididas conforme quadro abaixo.

Quadro 03 – Anexo I - Das universidades e vagas Edital SEC 04/2023

UNIVERSIDADE	QUANTITATIVO DE VAGAS
Universidade do Estado da Bahia – UNEB	13.466
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS	1.600

Identidade, demarcados por critérios ambientais, econômicos e culturais, entre outros, além de observar as populações como grupos sociais relativamente distintos, os quais indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=314>

Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC	800
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB	2.200
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB	900
TOTAL GERAL	18.966

Fonte: Edital SEC 04/2023, Anexo I (2023).

Neste ano de 2023, foram contemplados 195 municípios do Estado da Bahia, com a oferta das atividades do programa em 310 polos de funcionamento. Só na cidade de Salvador são 34 polos. Em relação aos recursos disponibilizados para o programa UPT nos últimos quatro anos segue quadro abaixo com o quantitativo disponibilizado pela coordenação geral do programa.

Quadro 04 - Valores de recurso disponibilizado para UPT no período de 2019 a 2023

ANO	VALOR
2019	R\$ 4.812.500,00
2020 /2021	R\$6.015.620,00.
2022	R\$ 5.804.100,00
2023	R\$ 8.284.900

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os recursos destinados ao programa são utilizados para a aquisição de materiais didáticos e uniformes, bem como o pagamento de bolsas aos profissionais envolvidos, que são os gestores de polo, supervisores de polo, secretários, coordenadores pedagógicos, monitores e toda a equipe, conforme citado em depoimento pelos participantes da pesquisa: “São extremamente válidos e necessários” (EXAL5); “São importantes. Aliás, destaco que tais investimentos precisam continuar a serem feitos, sempre com crescimento e atendimento das demandas novas que, querendo ou não, sempre surgem” (EXAL2). Segundo os participantes, os recursos e investimentos destinados ao UPT são importantes e necessários para o bom funcionamento do mesmo.

O ensino superior teve sua ampliação a partir de 1990 e é visto como a fase educacional mais elevada estabelecida no nosso país. O UPT se tornou uma ponte de acesso para aqueles que almejam alcançar este nível, não sendo apenas um curso preparatório gratuito e popular, mas uma política de inclusão sócio-educacional que vem se constituindo a cada ano no estado.

5.4 UPT na UNEB de Brumado/BA

Conforme citado anteriormente, o UPT da UNEB em Brumado teve sua primeira turma implantada no ano de 2004, pouco tempo depois da proposta do programa ter sido lançada em Salvador no Campus I. Demonstrada a importância do programa UPT, conforme falado até o momento, decidimos que a partir de agora será feita uma abordagem acerca da importância deste programa para o DCHT XX nos últimos cinco anos, a fim de delimitar melhor as informações, uma vez que são mais contemporâneas.

Para a escrita desta seção e subseções foi necessário solicitarmos autorização da direção do Departamento para realizar consultas junto aos servidores que em épocas distintas exerciam funções inerentes ao funcionamento do UPT quando, na ocasião, foram obtidas fontes documentais de suma importância à concretização dos dados desta pesquisa, as quais serão discutidas ao longo deste capítulo.

Segundo Bogdan e Biklen (1994), todos os documentos e dados são relevantes, pois estabelecem uma ligação sequencial favorecendo a compreensão do objeto em destaque. Dessa forma, realizamos uma busca em documentos como relatórios e fotos que remetem às ações do curso em Brumado e que ratificam as ações da equipe e coordenação local do UPT Campus XX para fortalecimento do curso nesses últimos cinco anos. Em seguida, passamos a apresentar alguns elementos provenientes do trabalho investigativo.

O UPT é ofertado no Campus XX há mais de 20 anos. Durante todo esse tempo, o Campus buscou e busca a cada ano fortalecer o programa tanto no polo como nas extensões, atuando na conexão entre a educação básica e o ensino superior como instituição responsável pela coordenação de turmas vinculadas ao programa.

Para isso, o Campus buscou e ainda busca dar todas as condições necessárias à ocorrência de êxitos nesta empreitada, dentre as quais se destacam as estruturas físicas dos ambientes, bem como a disposição de equipes de recursos humanos adequados com o objetivo de promover o bem-estar de todos e, conseqüentemente, a motivação para o processo de ensino aprendizagem desses estudantes. Porto (2023) afirma que:

Esteja o sujeito na condição de estudante, independente de qual seja o seu grau de instrução, entende-se que as condições do ambiente físico no qual ele se faça presente, bem como os recursos a ele dirigidos, são instrumentos que o conduzem aos bons ou ruins resultados no seu processo de ensino aprendizagem [...] (Porto, 2023, p. 68).

Com base nas afirmativas acima, percebe-se que há um entendimento do quanto é importante as condições estruturais das instituições de ensino para o processo do ensinar e aprender. Sobre isto, quando verificado a resposta dos participantes sobre a instituição onde o programa é ofertado, constatou-se que há certo consenso no entendimento de que “é um local que possui uma ótima infraestrutura, com segurança e espaço amplo” (EXAL 4).

5.4.1 Estudantes

O UPT é um programa exclusivo para estudantes de escolas públicas municipais e estaduais da Bahia. Os candidatos interessados em realizar o curso UPT devem consentir com os critérios determinados pelo edital específico da SEC do estado da Bahia, publicado anualmente no Diário Oficial do Estado (DOE) e no site da SEC.

De acordo com o Edital SEC 04/2023, poderia se inscrever e concorrer a uma vaga no UPT o candidato da rede pública do estado, que:

1. Estiver regularmente matriculado, no 3º ano do ensino médio regular estadual ou municipal ou suas modalidades correspondentes;
2. Estiver regularmente matriculado, em 2023, no 4º ano da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio estadual ou municipal ou suas modalidades correspondentes;
3. Egresso do Ensino Médio estadual ou municipal do Estado da Bahia¹⁴.

A seleção é feita com base nas notas obtidas pelo candidato ou candidata nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa do último ano do ensino médio cursado. A informação é preenchida no ato da inscrição. Segundo informações do governo da Bahia, mais de 29 mil estudantes do UPT já ingressaram no ensino superior.

A oferta de número de vagas varia a cada ano. Em 2022, por exemplo, o UPT reservou 15 mil vagas gratuitas para seus participantes. Já no ano de 2023 foram ofertadas 18.966 vagas. Segundo informações da Coordenação Geral do UPT em Salvador e o Edital SEC 04/2023, foram disponibilizadas 300 vagas divididas entre os polos de Brumado e suas extensões, as cidades de Livramento de Nossa Senhora, Caculé, Rio de Contas e Dom Basílio. O quadro abaixo apresenta os números de vagas ofertadas.

Quadro 05 - Número de vagas do UPT para o polo de Brumado e suas extensões em 2023

UNEB	Local	Turno	Vagas
------	-------	-------	-------

¹⁴ Fonte: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/universidadeparatodos>

Brumado Polo	UNEB/DCHT XX	Noturno	100
Extensão Caculé	Escola dona Júlia Montenegro Magalhães	Noturno	50
Extensão Dom Básilio	Colégio Estadual Manoel Francisco de Caires	Noturno	50
Extensão Livramento de Nossa Senhora	Escola Municipal Fernando Lêdo	Noturno	50
Extensão Rio de Contas	CIRCEA – Barão de Macaúbas	Noturno	50

Fonte: Dados organizados pela Autora (2023).

O público alvo do UPT polo Brumado são os estudantes de classe social menos favorecida que vêm dos colégios Getúlio Vargas e Colégio Estadual de Brumado, além de alunos de cidades vizinhas em que não houve extensão, como o caso da cidade de Aracatu e Malhada de Pedras. Nestes casos, os alunos vêm de ônibus escolar até Brumado, transporte que é disponibilizado pelo município para os alunos que vão pra aula do ensino médio. O curso é ofertado na própria universidade, ou seja, no Campus XX, onde são reservadas duas salas para os estudantes do programa, que é ofertado de segunda à sexta-feira no turno noturno. Assim, os estudantes já vão se familiarizando com o espaço acadêmico ao qual almejam ingressar.

Nesse contexto, gostaríamos de trazer uma tabela representando o número de estudantes do polo Brumado e municípios vizinhos onde possuem as extensões do programa que já conseguiram ingressar na universidade através do UPT. Entretanto, os relatórios encontrados não apresentam esse número exato.

De acordo com os gestores, a planilha com essas informações são enviadas para a coordenação geral, não havendo mais acesso a esses documentos em seus arquivos após ocorrerem problemas nos computadores que foram atualmente formatados. Os gestores nos orientaram a solicitar da coordenação geral tais informações e, após muitas tentativas, não tivemos resposta da coordenação geral do programa.

Mediante relatórios dos gestores do período de 2019 a 2022, houve boa aprovação de estudantes do UPT nos vestibulares desse período. No entanto, esses documentos não trazem o relato do quantitativo real, pois, de acordo com os gestores, poucos estudantes reportaram depois informando sua aprovação. O ano de 2019 foi o que houve mais aprovação de candidatos oriundos do UPT em vestibulares segundo os documentos analisados, e 2020 foi o ano em que houve menos. Isso devido ao contexto da pandemia de COVID-19, pois é sabido que UPT aconteceu somente por meio de aulas *online*, em 2021. Porém, mesmo com os desafios do formato experimental, os estudantes das turmas UPT/Polo Brumado conseguiram aprovação em universidades públicas da Bahia.

5.4.2 Monitores

Os monitores que atuam como professores do UPT são, preferencialmente, estudantes universitários das licenciaturas das universidades públicas estaduais que estão, no mínimo, no 3º semestre acadêmico do curso ou possuem outra graduação em área afim da disciplina para qual concorre, independentemente do semestre em curso. No Campus XX, esses alunos são do curso de Letras ou do curso de Direito e também da rede municipal e estadual de ensino. O monitor recebe uma bolsa calculada a partir das horas/aulas ministradas como uma forma de continuarem na universidade. Segundo Angelim *et al.* (2017):

Esses professores/monitores participam de formações continuadas nas comunidades onde estão presentes as turmas de UPT, sendo organizadas pelos coordenadores pedagógicos de cada polo, que orientam continuamente o Professor/Monitor (estudante universitário em processo de formação) do polo e das extensões, para que o mesmo apresente um desempenho de qualidade e atenda de maneira integral à função que ocupa no Projeto [...] (Angelim *et al.*, 2017, p. 65).

As autoras classificam o programa como mais um local de formação de professores da universidade, uma vez que colabora na preparação dos estudantes/cursistas. Sobre essas afirmativas Carvalho (2018) afirma que:

[...] o Projeto Universidade Para Todos contribuiu para a formação dos/as monitores/as acadêmicos/as. Atribuímos que a UPT fomenta os/as discentes para o hábito do estudo e da pesquisa vinculado às suas experiências cotidianas coletivas e individuais, com o intuito de pensar a prática pedagógica, a carreira, a profissão, suas condições de trabalho, enfim sua identidade profissional (Carvalho *et al.*, 2018, p. 11).

Esses encontros de formação, executados pelos coordenadores pedagógicos do UPT são de grande importância, uma vez que a capacitação dos monitores trabalha com questões de ordem metodológica e motivacional. Quando as vagas não são preenchidas pelos discentes da graduação, as vagas ficam disponíveis para os estudantes de pós-graduação e para professores da rede pública estadual e municipal que poderão participar da seleção para atuarem no projeto.

O Edital da UNEB nº 047/2023, que trata da seleção dos monitores estabelece, no Artigo terceiro e seus incisos, os critérios para cada candidato¹⁵:

3.1. DOS GRADUANDOS

[...]

3.1.1.1. Estar regularmente matriculado em Curso de Graduação da UNEB ou de outras Instituições de Ensino Superior da rede pública;

3.1.1.2. Estar no 3º semestre acadêmico do curso (no mínimo) ou possuir outra graduação em área afim da disciplina para qual concorre, independentemente do semestre em curso;

¹⁵ Fonte: <http://selecao.uneb.br/monitoresupt2023/index.php>

3.1.1.5. Possuir disponibilidade para participar da formação inicial e continuada sob a orientação do Coordenador Pedagógico Professor Especialista de área, com frequência quinzenal, podendo ocorrer aos sábados, às quais não serão remuneradas.

3.2. DOS PÓS-GRADUANDOS

[...]

3.2.1.1. Estar regularmente matriculado em curso de pós-graduação da UNEB ou de outras Instituições de Ensino Superior da rede pública;

3.2.1.3. Dispor de horário para atuar no turno para o qual está se inscrevendo, de forma presencial;

3.2.1.4. Possuir disponibilidade para participar da formação inicial e continuada sob a orientação do Coordenador Pedagógico/Professor Especialista de área, com frequência quinzenal, podendo ocorrer aos sábados, às quais não serão remuneradas.

3.3. DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

[...]

3.3.1.1. Ser preferencialmente licenciado na disciplina para a qual está se inscrevendo;

3.3.1.2. Dispor de horário para atuar no turno para o qual está se inscrevendo, de forma presencial;

3.3.1.3. Possuir disponibilidade para participar da formação inicial e continuada sob a orientação do Coordenador Pedagógico/Professor Especialista de área, com frequência quinzenal, podendo ocorrer aos sábados, às quais não serão remuneradas. (UNEB, 2023, p. 2).

O Processo de Seleção consiste em duas etapas, ambas de caráter classificatório: a Etapa I é uma aula expositiva com peso seis. Já a Etapa II, a Análise de Títulos, com peso quatro, é feita conforme critérios avaliativos definidos no barema anexo ao Edital supracitado.

O pagamento é realizado por hora/aula, cada uma com duração de 50 (cinquenta) minutos. Será pago ao monitor o valor de R\$25,00 (vinte e cinco reais) por aula ministrada.¹⁶ Ainda de acordo com o edital, o período da participação no Programa possui estimativa de seis meses contados a partir da data da assinatura do Termo de Compromisso. No entanto, o mesmo pode ser estendido ou reduzido a critério da Coordenação Geral UPT/UNEB, de acordo com a vigência do processo seletivo.

O Artigo segundo do mesmo edital, aponta as funções dos monitores:

2.4. SÃO ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE MONITOR:

2.4.1. Ministras aulas cumprindo as orientações da Coordenação;

2.4.2. Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar às atividades estudantis, estabelecendo a rotina de estudos;

2.4.3. Realizar o registro de frequência dos alunos em sala de aula;

2.4.4. Planejar situações didático-pedagógicas visando assegurar a aquisição do saber pelos alunos;

¹⁶Desde 2014, o valor pago era de R\$18,00 (dezoito reais) estando defasado e tal circunstância vinha sendo um elemento bastante criticado pelos monitores. No ano de 2023, os monitores do programa receberam o valor de R\$25,00 (vinte e cinco reais) por aula ministrada. Fonte: Edital UNEB nº 047/2023. Disponível em: <http://selecao.uneb.br/monitoresupt2023/index.php>.

- 2.4.5. Elaborar e aplicar exames simulados e material didático da sua área específica;
- 2.4.6. Em caso de adoção do ensino remoto, desenvolver atividades através da mediação tecnológica [...].
- 2.4.7. Participar da formação inicial e continuada sob a orientação do Coordenador Pedagógico/Professor Especialista de área [...].
- 2.4.8. Participar das atividades complementares: oficinas pedagógicas, aulões, seminários, palestras [...].
- 2.4.9. Elaborar e encaminhar o Relatório Mensal ao Coordenador Pedagógico/Professor Especialista, obedecendo aos prazos estipulados (UNEB, 2023, p. 2, grifo do autor).

Estes profissionais, como já informamos, são selecionados através de edital e a escolha é prioritariamente para os estudantes das universidades estaduais que executam o programa, mas não sendo possível ter estudantes selecionados, essas vagas podem ser ocupadas por professores da educação básica. Esses monitores tiveram uma capacitação inicial e são acompanhados durante o programa pelo coordenador pedagógico, que também foram selecionados por meio de edital e que tem o papel de orientar e acompanhar os monitores durante todo o curso.

Vale ressaltar que nesse ano de 2023 houve um aumento na remuneração paga por aula ministrada. Conforme apresentamos no Quadro 06, nos últimos quatro anos os editais de seleção¹⁷ mostram que o valor pago ao monitor era de 18,00 (dezoito reais) por aula.

Quadro 06 – Valores pagos aos monitores do UPT

EDITAL	ANO	VALOR
EDITAL Nº 051/2022	2022	R\$ 18,00 (dezoito reais)
*18	2021	R\$ 18,00 (dezoito reais)
EDITAL Nº 058/2020	2020	R\$ 18,00 (dezoito reais)
EDITAL Nº 036/2019	2019	R\$ 18,00 (dezoito reais)

Fonte: Dados organizados pela Autora (2023).

Sobre esse assunto Sousa (2019), cita que:

Este valor é o mesmo desde 2014, estando defasado e tal circunstância é um elemento bastante criticado pelos monitores que manifestam sentimento de insatisfação com a defasagem financeira da bolsa. É um dos motivos, sobretudo nos últimos dois anos, que repercutiu negativamente na desistência de muitos monitores, fazendo com que a alternância seja grande e há casos de municípios do interior que ficam sem profissionais em determinadas disciplinas (Sousa, 2019, p. 114).

Isso mostra que houve um aumento de 40% em relação aos últimos anos. Em relação aos componentes curriculares trabalhados no Projeto, todos os monitores assumem disciplinas correlatas à sua área de formação, sendo nas áreas de Língua Portuguesa, Redação, Literatura, Língua Estrangeira (Inglês e Espanhol), Matemática, Física, Química, Biologia, História e Geografia. São 2horas/aula por disciplina, 20 horas semanais com carga horária total de 600

¹⁷ Disponível em: <http://selecao.uneb.br/monitoresupt2022/index.php>.

¹⁸ Não houve edital para seleção de monitor do UPT 2021. Fizeram o aproveitamento da equipe do edital 058/2020.

horas.

Os registros dos relatórios apontaram que os monitores que atuaram no UPT/UNEB/DCHT XX demonstraram engajamento e responsabilidade nas atividades propostas pelo programa e contribuíram significativamente com a gestão e com a coordenação pedagógica.

5.4.3 Equipe de coordenação

Toda equipe que atua no UPT para atendimento das turmas localizados em Salvador, região metropolitana e nos campi do interior do Estado da Bahia é composta de Coordenador Pedagógico, Coordenador Financeiro e Coordenador Administrativo, que irão compor a equipe da Coordenação Geral, Gestor de Polo de Campi, Gestor de Polo da Capital, Coordenador Pedagógico de Campi, Professor Especialista, Supervisor de Polo, e Secretário de Apoio Escolar de Campi, Monitor e Assistente e Auxiliar I e II. Estas pessoas são selecionadas via Edital todos os anos, sendo realizado pelas universidades estaduais que executam o programa, mantendo diretrizes e requisitos praticamente iguais.

A equipe da coordenação local do Campus XX, polo de Brumado, no ano de 2023 era composta por um Gestor local, um Coordenador Pedagógico, três Secretários de Apoio Escolar, um Assistente e Auxiliar I e II, que atuavam no setor Administrativo e Financeiro, e os Monitores/professores do UPT.

O gestor de polo é quem coordena as ações do projeto no polo do campus e nas extensões do polo. O Artigo segundo do edital 46/2023 da UNEB estipula que os critérios para se candidatar à vaga de gestor de polo são:

- 2.1.2.1. Ser servidor ativo do quadro técnico administrativo, efetivo (nível apoio, técnicos e analistas universitários), cargos comissionados ou Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), do quadro de pessoal da Universidade do Estado da Bahia (UNEB);
- 2.1.2.2. Estar lotado e desempenhando suas funções no Departamento ao qual concorre à vaga, conforme quadro de vagas constante no ANEXO I;
- 2.1.2.3. Possuir curso superior completo;
- 2.1.2.4. Acatar a função conforme número de extensões e/ou turmas estabelecidas pela Coordenação Geral do Programa;
- 2.1.2.5. Não ser beneficiário de bolsa institucional incompatível com a bolsa do Programa UPT em observância à Lei Estadual n.º 11.473/2009;
- 2.1.2.6. Ter disponibilidade para cumprir carga horária de 20h (vinte) horas semanais no Programa, majoritariamente no turno de funcionamento das turmas, inclusive aos sábados quando necessário;
- 2.1.2.7. Ter disponibilidade para exercer a função em horário não simultâneo às atividades principais que já desenvolve na UNEB, conforme certidão fornecida pelo chefe imediato.
- 2.1.2.9. Ter disponibilidade para participar dos Projetos Especiais quando convocado;

2.1.2.8. Possuir habilidade e acesso ao uso de computadores/recursos de conectividade à Internet (e-mail, chat, fórum, e ferramentas de Plataformas de interação e interatividade) (UNEB, 2023, p. 1-2).

Sobre esse profissional Sousa (2019) afirma que:

é o profissional que gerencia técnica e administrativamente as ações do projeto no polo do campus e nas extensões do polo. Geralmente tem uma grande responsabilidade por acompanhar, com maior aproximação, às atividades desenvolvidas pelos coordenadores locais (extensões) e solicitar pontualidade destes na entrega de documentos obrigatórios, como diários de classe, relatório mensal do monitor, frequência do monitor (Sousa, 2019, p. 116).

De acordo com o Artigo quinto do edital 46/2023 da UNEB, a seleção consiste em Entrevista, com peso quatro, e Análise de Títulos, com peso seis, conforme critérios avaliativos definidos no ANEXO IV (Barema) deste Edital. A remuneração da bolsa é de R\$1.300,00.

Polo é um setor de coordenação administrativa e pedagógica localizado em um campus de uma universidade que desenvolve o UPT. O Polo constitui a sede à qual se vinculam as extensões do curso, localizadas nos demais municípios que não contam com o campus universitário. O número de municípios por polo varia. No ano de 2023 o polo de Brumado, localizado na UNEB Campus XX, possuía extensões nas cidades de Dom Basílio, Livramento de Nossa Senhora, Caculé e Rio de Contas.

Segundo o edital acima, para a função de Coordenador o candidato precisa ser servidor ativo, efetivo ou substituto, do quadro de docentes da UNEB e ser professor no Departamento ao qual concorre a vaga. Segundo o Edital 46/2023, no Artigo 2.3 inciso 2.3.3., são atribuições e funções do coordenador pedagógico:

2.3.3.1. Participar dos Encontros de Formação inicial e continuada promovido pela Coordenação Geral do Programa.

2.3.3.2. Participar da seleção os estudantes universitários e professores da rede pública que se habilitaram às vagas abertas, para o exercício da função de Professor/Monitor das disciplinas do Programa Universidade para Todos.

2.3.3.3. Elaborar, desenvolver e acompanhar o plano de formação pedagógica (geral e quinzenal).

2.3.3.4. Orientar, continuamente, o Professor / Monitor em processo de formação, para que o mesmo apresente um desempenho de qualidade e atenda de maneira integral à função que ocupa no Programa

2.3.3.5. Realizar reuniões quinzenais de capacitação continuadas com os Professores / Monitores, durante o período de execução do Programa, seguindo o cronograma encaminhado à Coordenação Geral.

2.3.3.6. Promover, nos dias de capacitação continuada, a avaliação do plano de aula, da metodologia, das técnicas utilizadas e o exercício da aula prática sobre conteúdos a serem dados, bem como realizar os necessários ajustes, mudanças e atualizações de assuntos ou temas emergenciais.

2.3.3.7. Solicitar boletim mensal de frequência dos Monitores para fins de acompanhamento e substituições.

2.3.3.8. Agilizar as substituições dos Monitores que não estiverem atendendo ao Programa nas questões relacionadas ao conteúdo e forma das disciplinas e/ou no que diz respeito às relações didático-pedagógicas institucionais e interpessoais.

- 2.3.3.9. Realizar visitas de caráter pedagógico às turmas do pólo e extensões.
- 2.3.3.10. Analisar mensalmente, os relatórios dos Professores/Monitores sob sua coordenação, e encaminhar os resultados da análise, juntamente com o seu relatório, ao Gestor de Polo local para compor processos de pagamento e envio à Coordenação Geral do Programa.
- 2.3.3.11. Desenvolver, quando necessário, atividades através de mediação tecnológica, incluindo o acesso a sistemas informatizados, acompanhamento virtual de alunos e monitores, envio de mensagens, dentre outras.
- 2.3.3.12. Em caso de atividade remota, realizar suporte aos monitores e alunos na definição das ferramentas e recursos disponibilizados para os momentos síncronos do ensino remoto.
- 2.3.3.13. Participar do ambiente virtual de aprendizagem (AVA) - Sala de Gestão prezando pelo atendimento das solicitações/atividades, leitura/estudo do material compartilhado e cumprimento dos prazos estabelecidos, conforme orientações da Coordenação Geral UPT/UNEB (UNEB, 2023, p. 5-6).

Para o cargo de Coordenador Pedagógico, o candidato deve possuir, preferencialmente, graduação em Pedagogia. No entanto, outras áreas serão aceitas, mas não são pontuadas no Barema na graduação de preferência. A remuneração do coordenador pedagógico equivale a uma bolsa mensal de R\$1.300,00.

No que tange ao cargo de secretário de apoio escolar, o edital UNEB 46/2023, Artigo 2.6.2. seção REQUISITOS, informa que para essa função o candidato deve ser servidor ativo do quadro técnico administrativo, efetivo (nível apoio, técnicos e analistas universitários), cargos comissionados ou Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), do quadro de pessoal da UNEB (UNEB, 2023). Com relação a formação, é exigido apenas ter o Ensino Médio concluído.

O secretário de apoio escolar desenvolve muitas atividades, por isso, um dos requisitos exigidos para essa função é que o candidato possua habilidades para acessar computadores e recursos de conectividade à Internet, como *e-mail*, *chat*, fóruns e ferramentas de plataformas de interação e interatividade. A principal atribuição do secretário de apoio escolar é secretariar o Gestor de Polo e o Coordenador Pedagógico. Por isso, têm que possuir disponibilidade para cumprir a carga horária de 04 (quatro) horas diárias no Polo no horário de funcionamento das turmas ou no horário de expediente definido pelo Gestor de Polo ou pelo Coordenador Pedagógico. Ainda sobre as funções desse profissional, o edital 46/2023 traz as seguintes atribuições:

- 2.6.3.2. Acompanhar e cobrar a entrega de documentos contratuais, frequências e relatórios mensais dos monitores e equipe de coordenação;
- 2.6.3.3. Matricular os alunos do Programa;
- 2.6.3.4. Organizar as fichas dos alunos por turma e em ordem alfabética;
- 2.6.3.5. Receber, guardar e administrar a distribuição dos materiais pedagógicos destinados aos monitores e alunos envolvidos no Programa;
- 2.6.3.6. Supervisionar o cumprimento do horário das aulas nos espaços educativos;
- 2.6.3.7. Acompanhar a frequência dos professores/monitores e alunos, informando diariamente a faltas dos monitores;

- 2.6.3.8. Observar se os professores/monitores estão utilizando a caderneta de forma correta;
- 2.6.3.9. Manter a ordem e o bom convívio com todos os envolvidos no Programa;
- 2.6.3.10. Participar das reuniões mensais e encontros promovidos pela Coordenação Pedagógica e Gestão de Polo, quando convocado;
- 2.6.3.11. Entregar cadernetas e frequência de monitores na data estabelecida pela Coordenação Pedagógica e Gestão de Polo;
- 2.6.3.12. Estar presente nas revisões, aulas de reforço e oficinas promovidas pelo Programa, quando convocado, inclusive aos sábados;
- 2.6.3.13. Acompanhar e supervisionar o andamento das atividades do apoio de serviços gerais;
- 2.6.3.14. Auxiliar a coordenação pedagógica e gestão de polo nos encaminhamentos necessários para o andamento das atividades e o atendimento dos monitores;
- 2.6.3.15. Auxiliar os Professores/Monitores nas atividades do Polo/Extensões;
- 2.6.3.16. Digitar e arquivar documentos;
- 2.6.3.17. Orientar os alunos com relação à isenção e inscrições do vestibular;
- 2.6.3.18. Participar de capacitação, eventos, aulas para os quais for convocado, inclusive aos sábados;
- 2.6.3.19. Entrar em contato com os alunos para coleta de informações das aprovações nos vestibulares quando requisitado, mesmo após a finalização das aulas;
- 2.6.3.20. Acatar outras atribuições inerentes ao Programa a partir da designação da Gestão de Polo;
- 2.6.3.21. Desenvolver atividades através de mediação tecnológica, inclui acesso a sistemas informatizados, acompanhamento virtual de alunos e monitores, envio de mensagens, dentre outras (UNEB, 2023, p. 10-11).

A remuneração da bolsa para o secretário do UPT é de R\$480,00. A seleção é composta de etapa única, por meio da análise documental e curricular. O candidato é classificado desde que tenha apresentado a documentação prevista. Caso haja empate, os critérios de desempate conforme consta no edital 46/2023 serão: Primeiro, maior número de anos de experiência profissional na função específica e segundo, quem possuir experiência profissional em cursos de pré-vestibular na função de secretário, e caso permaneça o empate vencerá o(a) candidato(a) com maior idade. Vale ressaltar que o recorte temporal de 2019 até 2023 mostra que nesses dois últimos anos houve um aumento de vaga para Secretário de Apoio Escolar para o UPT de Brumado, conforme quadro abaixo.

Quadro 07– Número de vagas ofertadas para Secretário de Apoio Escolar do UPT – UNEB
Campus XX Brumado

EDITAL	ANO	NÚMERO DE VAGAS
EDITAL nº 046/2023	2023	03
EDITAL nº 051/2022	2022	02
*19	2021	01

¹⁹ Não houve edital para seleção da equipe gestora e da coordenação do UPT 2021. Fizeram o aproveitamento da equipe do edital 058/2020.

EDITAL nº 058/2020	2020	01
EDITAL nº 036/2019	2019	01

Fonte: Dados organizados pela Autora (2023).

Conforme informações apresentadas nos relatórios, o número de vagas para esta função sempre foi pouca em relação às demandas apresentadas durante o curso. Dessa forma, os gestores nestes últimos anos solicitaram da coordenação geral do programa a disponibilidade de convocar mais um secretário de apoio escolar para ajudar nas demandas, que, segundo eles, são muitas para apenas um secretário.

Na leitura dos relatórios mais recentes houve pouquíssimas considerações pelos gestores em relação aos pontos positivos e negativos. No entanto, alguns pontos colocados por eles merecem ser destacados. Como ponto negativo, os documentos relatam a dificuldade que a equipe gestora tem em encontrar pessoas para palestrar e para ministrar as aulas shows que acontecem sempre nas primeiras semanas de aula do curso.

De acordo com as informações dos coordenadores locais, estas dificuldades se dão principalmente pela diminuição do valor pago aos palestrantes. Também foi relatado que nos últimos quatro anos houve dificuldade em conseguir monitores para algumas disciplinas, tanto para o polo Brumado quanto para as extensões.

Enquanto ocorrem as seleções para escolha dos monitores, é necessário iniciar as atividades do UPT para atender ao cronograma definido pela SEC. Por isso, todo ano de modo geral, o programa começa com a semana de integralização, com palestras onde são convidados professores, servidores e ex-monitores do programa para falar sobre alguns temas como: “*A educação (Trans.) forma: O estudante como protagonista na sua (trans.) formação político e social*”; “*A identidade/perfil do aluno UPT e às expectativas em relação à Universidade*”; “*Universidade Para Todos: Educação transformadora e inclusiva*”; “*O papel de um curso preparatório na orientação vocacional do indivíduo*”; “*ENEM: Preparação, dificuldades e desafios*”, entre outros.

O Projeto Sou aluno UPT, que ocorre sempre na primeira semana do curso, se configura como uma estratégia excelente para introduzir o aluno no curso de forma elucidativa e dinâmica. As palestras e aulas shows são sempre pensadas com o intuito de trazer um incentivo a mais para que o estudante conheça o projeto e o valorize. Veja abaixo uma imagem desse momento.

Imagem 04: Palestra A Universidade Pública no Brasil: desafios de ontem e de hoje

Fonte: DCHT/UNEB/Campus XX (2019).

Na análise dos relatórios mensais do gestor de polo do UPT, os anos de 2021 e 2022 foram pontuados como anos desafiadores, haja vista que em 2021 estávamos em fim de uma pandemia e as aulas foram ministradas de forma *online*. O desafio mencionado justifica-se porque, embora com toda a modernidade dos dias atuais, percebeu-se que o Estado não estava preparado para esta realidade de aulas mediadas por tecnologia à distância. Ademais, em relação a uma visão macro, foi possível perceber que ainda estamos muito aquém quanto à cobertura de internet. Com relação ao ano de 2022, o desafio maior, segundo o gestor, foi a seleção de monitores. Isso se deu devido ao prazo curto para seleção e a baixa adesão de interessados em função do baixo valor pago por hora/aula. Superada essa parte dos problemas, insta salientar também os pontos positivos do projeto UPT.

Os pontos positivos são relacionados sempre à boa interação de toda equipe e ao comprometimento da Coordenação Geral, da equipe gestora local e dos monitores do polo e das extensões em relação ao Programa Universidade Para Todos. As sugestões mais recorrentes nos relatórios analisados dos gestores referem-se ao sentido de sanar os pontos negativos apresentados, como buscar melhor remuneração para os palestrantes nos próximos anos e aumentar o valor da hora/aula para os monitores, a fim de que haja mais candidatos à procura de vaga para trabalhar no programa.

5.4.4 Extensões do UPT polo Brumado

A existência de extensões do UPT tem grande relevância para atender os públicos das mais diferentes localidades. Graças à parceria entre a SEC-BA, a UNEB e as prefeituras, esses públicos terão acesso ao curso pré-vestibular UPT. Isso porque, nas cidades pequenas é difícil

instalar um curso preparatório particular devido a fatores econômicos e a distância dos grandes centros. Assim, é necessário destacar a importância dessa parceria entre as Prefeituras e Secretaria de Educação dos municípios que têm extensões, pois são eles que dão subsídios e recursos materiais e humanos necessários para execução do programa.

Essa parceria possibilita que os estudantes do terceiro ano do ensino médio e egressos consigam melhorar seus conhecimentos para poder alcançar uma vaga no curso superior. Além disso, as aulas do UPT ajudam também a melhorar a criticidade e a capacidade de compreensão das diversas disciplinas trabalhadas. As extensões são ramificações da universidade. O depoimento de alguns dos colaboradores da pesquisa aborda justamente isso:

A UPT me apresentou à Uneb e, além disso, me proporcionou um material de qualidade e acompanhamento com ótimos professores das áreas que eu tinha afinidade para me dedicar e aprimorar nos assuntos pertinentes. Além disso, obtive, por duas vezes, a isenção no vestibular da Uneb. Depois da UPT conseguir ingressar na Uneb, no curso de Direito (EXAL1).

Importa destacar que o depoimento de EXAL1, mostra o quanto o programa foi essencial para o ingresso do mesmo na universidade. O UPT da UNEB de Brumado possui seis extensões, Dom Basílio, Rio de Contas, Livramento de Nossa Senhora, Caculé, Aracatu e Malhada de Pedras. No ano de 2023 o polo de Brumado tinha extensões nas quatro primeiras cidades citadas. As cidades de Aracatu e Malhada de Pedras não tiveram extensões, mas em reunião realizada no Campus XX no dia 30 de setembro de 2023 entre a coordenação geral do UPT, a diretora do departamento e os prefeitos das cidades supracitadas, foram firmadas parcerias para ofertar o programa no ano de 2024.

Ante o exposto, mais uma vez destaca-se a relevância dessas parcerias, visto que a vinda desses estudantes para o polo de Brumado seria mais difícil do que eles acessarem as salas de aula na própria cidade. Em cada uma dessas extensões o UPT tem um secretário que é responsável pela mediação entre a prefeitura municipal e a universidade. Para seleção deste profissional não há edital, sendo indicado pela prefeitura, que também fica com a responsabilidade pela remuneração. Segundo Sousa (2019),

Sobre este profissional não foram encontrados registros na literatura corrente ou na legislação, embora seu ofício seja de grande valia para a correta e contínua desenvoltura do projeto no município ou comunidade local. Diante dos atributos que lhe são conferidos é possível caracterizá-lo como um mobilizador e incentivador da juventude municipal que se encontra entre concluintes e egressos do ensino médio [...] (Sousa, 2019, p. 117).

O secretário possui inúmeras funções, entre elas, a de auxiliar na realização das inscrições dos estudantes, divulgação do processo seletivo para professores/monitores e recebimento da documentação exigida em edital. Também são de responsabilidade do secretário

a elaboração do quadro e divisão de horários das aulas entre os monitores, substituição quando algum deles se ausenta, organização das planilhas com a carga horária das aulas, fichas de frequência diária dos monitores, organização dos diários de classe para controle de presença e ausência dos alunos, coleta dos relatórios mensais dos monitores e encaminhamento de todos estes documentos ao coordenador de polo, que fará os devidos encaminhamentos para comprovação das atividades realizadas.

Sousa (2019, p.118) ainda pontua que “infelizmente é um sujeito oculto neste processo até porque não significa que esteja disponível somente para tal função”. Como já sabemos, a extensão é uma ação da universidade junto à comunidade que possibilita o compartilhamento do conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa desenvolvidos na instituição com o público externo. Por tudo isso, o secretário das extensões é um agente fundamental, por ser responsável pela mediação entre os prefeitos e a universidade, no amplo e contínuo funcionamento do UPT nos municípios.

Em consulta aos relatórios do período de 2019 até o ano de 2022, percebemos que alguns dos posicionamentos dos gestores no que se refere aos pontos negativos ou dificuldades encontradas durante a gestão deles se igualam em relação aos pontos elencados como conseguir monitores para algumas disciplinas e evasão dos estudantes durante a oferta do programa. Muitas das evasões, de acordo com eles, deram-se por necessidade do trabalho noturno. Sobre isso, Santos *et al.* (2022, p. 11) afirma que “infelizmente, mesmo diante de importantes contribuições que a UPT exerce através de boas metodologias utilizadas em sala de aula, o número de evasão ainda é um fator preocupante, conforme relato da coordenação pedagógica”. Ainda sobre esse assunto Freire *et al.* (2019) cita que:

Evasão é fato recorrente ao longo dos anos, sendo fundamental analisar as observações que os vários segmentos apontam na pesquisa e, com isso buscar mecanismos para sanar os problemas elencados por discentes, professores e coordenadores, uma vez que não se pode deixar uma política tão importante como essa perder seu papel de potencializar a aprendizagem de indivíduos de baixa renda (Freire *et al.*, 2019, p. 11).

Diante de tudo isso, os coordenadores pedagógicos, gestores e monitores do UPT Campus XX, buscavam e buscaram ações empreendidas na manutenção da frequência desses alunos, na tentativa de identificar e solucionar problemas que estivessem no alcance deles. Por tudo isso, em seus relatórios, eles sugeriram que o curso deveria pensar em política de permanência dos alunos, uma vez que, para uma grande maioria, há a necessidade do trabalho para o seu sustento, o que leva a desistência do acesso à universidade pública.

De pronto, ao concluir a análise dos relatórios, os relatos só reforçam a importância do

programa. Nesse ponto, destacamos que o UPT proporciona a muitos jovens a oportunidade de ingressar no ensino superior, haja vista que, sem este curso, muitos destes não teriam condições de se preparar para os processos seletivos ENEM e vestibulares. Para, além disso, destacamos o quão importante é verificar a abrangência do programa ao ver que muitos alunos, mesmo de localidades distantes da sede dos municípios, participam do UPT.

Para finalizar, e superando qualquer adversidade, nada nos é mais satisfatório do que receber uma mensagem de agradecimento de um/uma aluno/a por ter conseguido ser aprovado em processo seletivo, e não foram poucas as mensagens recebidas. Isso, sem dúvida nenhuma, supera em muito qualquer dificuldade que porventura tenha havido em sua trajetória enquanto gestores do UPT da UNEB/DCHT XX.

6 O CURSO PRÉ-VESTIBULAR COMO PONTE ENTRE A EDUCAÇÃO BÁSICA E O ENSINO SUPERIOR: O CASO DO UPT NO DCHT/UNEB/CAMPUS XX – BRUMADO

Neste item será realizada uma breve sistematização sobre as considerações feitas pelos participantes da pesquisa a respeito do UPT. O Programa foi instituído pelo Decreto 20.004 em 21 de setembro de 2020 objetivando o aumento das aprendizagens e o preparo dos estudantes matriculados no 3º ano do ensino médio regular e egressos da rede estadual para os processos seletivos de ingresso ao ensino superior. Segundo Sousa (2019),

O curso UPT emanou de lutas populares em prol de diminuir as defasagens da educação básica, preparando estudantes para ingressarem ao nível superior de ensino. Em consonância está a agenda por melhorias na estrutura educacional e expansão universitária pública. Este projeto, assim como outros CPVP, constitui importante espaço de mobilização social que possibilitou conquistas relacionadas às cotas raciais e sociais nas instituições de ensino superior públicas (Sousa, 2019, p. 120).

O UPT é ofertado no município de Brumado em parceria com a Universidade do Estado da Bahia Campus XX, tendo também extensões do programa em alguns municípios que já foram supracitados ao longo dessa dissertação. O Campus da UNEB de Brumado oferece o curso de Letras Vernáculas, Curso de Direito, Curso de Pedagogia e o Curso de Administração Pública na modalidade de Educação à Distância (EaD).

Os sujeitos colaboradores desta pesquisa que, direta ou indiretamente, tiveram algum tipo de relação com o programa ofertado na UNEB de Brumado responderam a um questionário e as respostas obtidas serão mostradas nesta seção. Buscamos, por meio do olhar dos/as sujeitos/as da pesquisa e o respaldo no referencial teórico, refletir sobre o problema da pesquisa, como o programa Universidade para Todos da UNEB de Brumado atua para construir pontes que permitem aos estudantes de escolas públicas acessarem o ensino superior.

6.1 Visões dos participantes da pesquisa

Conforme a sugestão metodológica em que consta o uso do questionário como classificação dos dados empíricos que fora aplicado aos colaboradores desta pesquisa, obtivemos declarações contundentes sobre as particularidades do Programa Universidade Para Todos, que já possibilitou e vem possibilitando a muitos alunos do terceiro ano e egressos da rede pública estadual de ensino a ingressarem no ensino superior. Com os dados organizados e evidenciados pela orientação da Análise de Conteúdo, as divisões que surgiram da prática – conceito, relevância, pontos positivos e negativos, investimentos, conquistas e contribuições – sobre o programa foram analisadas e apresentadas aqui.

6.1.1 Sobre o Programa Universidade para Todos e sua importância como Política Pública de acesso ao nível superior

O acesso ao ensino superior é, para as pessoas das camadas populares, uma via de promoção qualificada onde, através da educação e do diploma, é possível conquistar grandes posições sociais. O nosso país ainda precisa investir muito na educação superior e nas condições de acesso a ela. As pessoas indagadas reiteraram sempre a importância que dão ao UPT, afirmando que o programa “Têm importância de reparação histórica: garantir que estudantes pretos, cujos pais são trabalhadores de baixa renda, possam ingressar nas universidades públicas, espaços estes que até então eram ocupados majoritariamente pelas elites” (CP2). Em consonância com o que diz CP2, o colaborador da pesquisa M1 afirma que:

É uma política pública relevante que contribui para suprir determinadas lacunas formativas que a educação básica pública não deu conta. E a formação do curso UPT media o conhecimento científico solicitado nos exames de seleção para o acesso ao ensino superior (como o ENEM e vestibulares) e trabalha no desejo de auxiliar o cursista na elevação da auto-estima e da construção do seu projeto de vida, tendo a conquista de uma cadeira universitária como algo significativo e a ser perseguido. Além disso, o programa aceita somente cursistas que estudaram em escolas públicas, abrange sujeitos que, historicamente foram excluídos dos bancos universitários, como negros e pobres financeiramente. Acrescento que o referido programa está presente em todo o estado, em quase todos os municípios, o que democratiza o acesso ao mesmo (M1).

Referindo-se diretamente ao sistema público de Educação Básica, outro participante enfatiza que

O Programa Universidade Para Todos é, na minha opinião, uma ferramenta de grande valia para possibilitar que sujeitos desfavorecidos pelo sistema público de Educação Básica (que ainda é deficitário e apresenta grandes problemas, sobretudo porque deixa lacunas na formação daqueles sujeitos egressos da Educação Básica e os impede de se submeterem a processos seletivos/vestibulares, sem que, antes, precisem passar por cursos preparatórios) se insiram no Ensino de Nível Superior e, através disso, adquiram ascensão pessoal e profissional ao longo de suas trajetórias de vidas (EXAL2).

Mais uma vez reiteramos o êxito do UPT nos depoimentos obtidos, pois se trata de uma importante política pública que oportuniza a estudantes oriundos da rede pública de ensino o acesso a um curso pré-vestibular que fortalece seu aprendizado e os prepara para os processos seletivos de acesso ao nível superior, ao qual de outro modo não teriam acesso. Sobre isso, Sousa (2019) lembra que:

Importa mencionar que a maioria dos estudantes, envolvidos no UPT, nunca tiveram a oportunidade (e condição financeira) de estudar em um curso pré-vestibular, o que é possível a partir do UPT. Os estudantes e familiares elevaram sua autoestima, já que o número de candidatas que conseguem acesso ao nível superior, amplia-se a cada ano. Com isso, há forte repercussão social na comunidade, bairro, cidade, onde

residem estes estudantes (Sousa, 2019, p. 109).

Verificamos, nas declarações feitas pelos participantes da pesquisa, que esteve muito presente o relato sobre a importância do UPT como Política Pública de acesso ao nível superior. Estas consignações apresentadas pela pesquisa refletem o quanto o programa é respeitável conforme a maioria relatou, sendo de grande relevância os aportes do UPT. E todos esses depoimentos só reforçam o que alguns pesquisadores já apresentaram em suas pesquisas em relação à relevância do curso pré-vestibular UPT, como cita Sousa (2019):

Esta importante política pública do curso Pré-Vestibular Universidade Para Todos apresentou resultados benéficos em vários sentidos e tende a corroborar, muito mais, para elevar a escolarização de muitas pessoas, sobretudo, daquelas que pertencem a estratos sociais com menor capital cultural e econômico, com vistas a promover equidade e justiça social. Logo deve permanecer até o momento de que as disparidades sociais sejam eliminadas ou existam em pequeníssima quantidade (Sousa, 2019, p. 163).

De acordo com os autores supracitados, o programa vem colaborando para a inserção dos estudantes do terceiro ano e egressos da rede ensino estadual ao Ensino Superior. Ainda sobre esses assuntos eles afirmam que “No decorrer dos anos, o UPT foi se concretizando como importante meio de inclusão social e educativa, aberto à comunidade baiana, dada sua envergadura na articulação com o ensino, a pesquisa e a extensão” (Sousa, 2019, p. 107). Dessa forma, é relevante citar que a maioria dos estudantes que participam do programa não tem oportunidade nem condição financeira de estudar em um curso pré-vestibular particular, o que é possível através do UPT.

6.1.2 Sobre os meios aos quais tiveram conhecimento do programa UPT

As inscrições do Programa são gratuitas e ocorrem todo ano através do Portal Oficial do Estado da Bahia²⁰. No ano de 2023 as inscrições foram realizadas no período de 16 a 25 de maio, sendo ofertadas 18.966 vagas nos 27 Territórios de Identidade. Tal abordagem sobre essas afirmativas encontra-se presente também na citação de Angelim *et al.* (2017):

Com o avanço da oferta, a cada ano, dos cursos preparatórios da UPT, foi possível uma maior interação entre as secretarias de governo e entidades representativas sociais, a fim de, por exemplo, possibilitar a elaboração de políticas afirmativas de combate à pobreza e desigualdades sociais, alcançando comunidades mais longínquas e afastadas dos centros municipais, a exemplos, de comunidades indígenas, quilombolas, de LGBT, entre outras (Angelim *et al.*, 2017, p. 2).

²⁰ <http://processoseletivoupt.educacao.ba.gov.br/inscricao/informacoes>.

O que se percebe com as afirmações acima é que a pequena probabilidade do acesso dos estudantes de baixa renda à universidade vem crescendo e o que antes era quase impossível hoje é possível graças a programas como UPT. Em 2023 foram ofertadas 3.966 vagas a mais que no ano de 2022, quando foram ofertadas 15 mil vagas.

Essas informações são divulgadas no portal oficial do estado da Bahia e em todos os meios de divulgação das quatro universidades estaduais parceiras do programa. Segundo informações do Portal Oficial do Estado da Bahia, 29 mil estudantes do UPT já conseguiram ingressar no ensino superior. Em 2023 foram contemplados 195 municípios do estado da Bahia em 310 polos de funcionamento das atividades. Só em Salvador foram 34 polos, com oferta de 2.375 vagas.

Alguns participantes da pesquisa afirmam que ficaram conhecendo o programa através dos editais, por meio de amigos, através da própria instituição, através das redes sociais e por meio de divulgação na escola onde estudavam.

No tocante sobre a forma de como conheceram o programa, 57,14% dos participantes da pesquisa afirmaram que souberam do curso pela própria instituição de ensino que oferta o curso, o DCHT/UNEB/*Campus XX*. Um deles destaca que: “Conheci o programa através de outros colegas/amigos da escola, que também fizeram o curso na UNEB/*Campus XX* Brumado e a maioria estão na faculdade, sendo que alguns já finalizaram o curso” (EXAL4). Isso mostra o valor do programa, uma vez que um ex-aluno conseguiu ingressar no ensino superior, servindo de referência para outros e elevando o grau e a excelência do UPT.

Neste caso, é interessante pontuar que o UPT atende a diversos públicos, sendo a ponte entre o ensino médio e o ensino superior. Em consonância, Oliveira (2015), diz o seguinte:

É um projeto promissor idealizado como política pública educacional direcionada à promoção da equidade no acesso à educação superior, visto que objetiva preparar os estudantes da rede pública de ensino para a aprovação em vestibulares e no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) - principal meio de acesso à educação superior. Pretende, também, motivar o estudante durante o processo de ensino aprendizagem, valorizando seus conhecimentos prévios, sua cultura e participação social, incentivando-o e demonstrando que o acesso à educação superior é possível (Oliveira, 2015, p. 3).

O UPT possui 19 anos de existência e muitas pessoas entraram na universidade por meio desse programa. Na visão de Teixeira (2018, p. 68), o UPT “se insere dentro de uma demanda por preparação para a educação superior que a escola não consegue cumprir”. No tocante, vale ressaltar que o mesmo vem se consagrando como um dos grandes projetos da política de acesso estudantil, atendendo a cerca de 10 mil estudantes. O Programa esteve e está presente em mais de 27 cidades do Sudoeste Baiano.

6.1.3 Universidade Para Todos: Desafios e possibilidades

Na análise dos pontos negativos e positivos mencionados pelos participantes da pesquisa com relação ao UPT, destacamos os seguintes aspectos positivos: oportunidade de aprendizado, acesso gratuito, oferta de material didático, ensino das matérias necessárias para o ENEM e vestibular, professores excelentes e possibilidade de uma aproximação maior da universidade com a sociedade. O relato abaixo aponta um pouco do que foi alcançado na pesquisa realizada:

São muitos os pontos positivos, mas destaco um deles: o UPT é grandioso na sua abrangência, uma vez que, pelo que percebo, ele se faz presente em todas as localidades, desde grandes centros, até pequenos lugarejos. Tal fato faz com que seus benefícios cheguem às vidas das pessoas mais necessitadas (EXAL2).

Ainda respondendo à mesma pergunta, outro participante disse que:

Possibilita a preparação com vistas aos exames de admissão à educação terciária; - Eleva a auto-estima dos estudantes que se identificam com as biografias de determinados professores/monitores e assim passam a ter o desiderato de conquistar uma vaga universitária; - Colabora para a autonomia nos estudos; - Garante a isenção no vestibular da universidade executora do curso; - Incentiva estudos individuais e grupais. - Estabelecimento célere, transparente e seguro com prefeituras, associações; - Equipe é bem comprometida (professores/monitores, gestores de polo, secretários, administrativos, coordenadores gerais e pedagógicos, coordenadores locais de extensões) (M1).

O UPT é prova dessas probabilidades, uma vez que garante, entre outras conquistas, a inclusão de estudantes de baixa renda ao páreo concorrente do acesso às universidades. Outro ponto positivo do programa que merece destaque é a formação continuada como equivalência formativa acadêmica. Veja o depoimento de um dos participantes:

Considero com pontos positivos: Oportunidade de acesso aos estudantes e concluintes do ensino médio que não tem condições de arcar com pagamento de cursos particulares; espaço de formação docente, pois os graduandos/as atuam no Projeto como monitores; oportunidade de ingressar numa universidade pública, ou através do ENEM adentrar numa universidade privada (DD).

O depoimento supracitado traz como um dos pontos positivos do UPT o espaço de formação docente, isso porque as aulas do programa são ministradas prioritariamente por estudantes de universidades públicas (graduação e pós-graduação) e professores da rede pública de educação básica (quando do não preenchimento preferencial). A seleção é realizada e executada por Comissão constituída e publicada pela reitoria da UNEB, sendo responsável por organizar e coordenar todas as ações pertinentes à realização da Seleção Pública, cumprindo às normas do Edital.²¹

²¹ Mais informações: <http://selecao.uneb.br/monitoresupt2023/index>.

Conforme consta no Edital nº 047/2023, referente ao aviso nº 072/2023, publicado no D.O.E. de 12/05/2023, Artigo 2º, inciso 2.4 .1 ao 2.4.9 aponta que são funções do monitor:

- 2.4.1. Ministras aulas cumprindo as orientações da Coordenação;
- 2.4.2. Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar às atividades estudantis, estabelecendo a rotina de estudos;
- 2.4.3. Realizar o registro de frequência dos alunos em sala de aula quando determinado pela Gestão de Polo e/ou Coordenação;
- 2.4.4. Planejar situações didático-pedagógicas visando assegurar a aquisição do saber pelos alunos;
- 2.4.5. Elaborar e aplicar exames simulados e material didático da sua área específica;
- 2.4.6. Em caso de adoção do ensino remoto, desenvolver atividades através da mediação tecnológica, que inclui acesso a sistemas informatizados, acompanhamento virtual de alunos, envio de mensagens eletrônicas, criação de reuniões on-line/web conferências, dentre outras;
- 2.4.7. Participar da formação inicial e continuada sob a orientação do Coordenador Pedagógico/Professor Especialista de área, com frequência quinzenal, podendo ocorrer aos sábados, às quais não serão remuneradas;
- 2.4.8. Participar das atividades complementares: oficinas pedagógicas, aulas, seminários, palestras, projetos especiais e demais atividades pedagógicas propostas pela Coordenação;
- 2.4.9. Elaborar e encaminhar o Relatório Mensal ao Coordenador Pedagógico/Professor Especialista, obedecendo aos prazos estipulados (UNEB, 2023, p.2).

De acordo com o que foi apresentado, muitas são as funções atribuídas aos monitores do UPT, ou seja, não é apenas ministrar aulas. O programa atua também como um processo de formação docente e pedagógica para os monitores que são graduandos/as dos cursos de Pedagogia, Letras e Direito da UNEB Campus XX. Sobre este assunto, Sousa (2019, p. 107), afirma que “muitos estudantes universitários que ministravam aulas no projeto, como professores/monitores, superaram a insegurança e incerteza inerente à vocação para o magistério, confirmando sua escolha profissional enquanto professores”. Em consonância com estas afirmações, Oliveira (2018) cita que:

[...] o Projeto Universidade Para Todos contribuiu para a formação dos/as monitores/as acadêmicos/as. Atribuímos que a UPT fomenta os/as discentes para o hábito do estudo e da pesquisa vinculado às suas experiências cotidianas coletivas e individuais, com o intuito de pensar a prática pedagógica, a carreira, a profissão, suas condições de trabalho, enfim sua identidade profissional (Oliveira *et al.*, 2018, p. 11).

O UPT é respeitável tanto na preparação dos estudantes que almejam ingressar no ensino superior quanto na preparação dos estudantes de graduação e pós-graduação que atuam como monitores a se prepararem para o mercado de trabalho. Isso mostra o porquê deste programa despontar como uma política de desenvolvimento educacional nos últimos anos. Para Angelim *et al.* (2017),

[...] considerando a referência científica do projeto UPT, enseja-se apresentar elementos relevantes do seu processo de operacionalização cotidiana, caracterizando a viabilização dos papéis de inclusão social e formação continuada, como nuances

ideológicas, ao que faremos, por ordem de leitura, em duas subseções: a perspectiva inclusiva no olhar para as políticas afirmativas institucionais e a formação continuada como contrapartida formativa acadêmica (Angelim *et al.*, 2017, p. 2).

O programa vem possibilitando a inclusão de estudantes de baixa renda, deixando-os preparados para os processos seletivos e ENEM no mesmo nível de disputa competitiva dos demais concorrentes em uma seleção de acesso às universidades. Além de atuar para/com a prática de docentes em formação e já atuantes, pois é possibilitado aos monitores serem esses sujeitos que partilham seus conhecimentos enquanto atuam nas salas de aulas.

A visão dos participantes sobre os pontos que consideravam negativos foi averiguada e trouxe suas considerações, valendo-se dizer que foram apontadas como algumas falhas: “O tempo em que o programa acontece deveria ser ampliado” (CP2); “O início das aulas deveria ser no início do ano” (CLP1); “Pouco tempo de duração do programa” (SCE1); “O atraso no início das aulas por parte do órgão central” (CP1).

Todas essas afirmações são relevantes, uma vez que o pouco tempo de duração do curso prejudica o desempenho dos estudantes. Se o curso começasse mais cedo, eles teriam mais tempo para aprender e isso aumentaria suas chances de passar no vestibular. O governo já deixou para iniciar no meio do ano, o que contabiliza seis meses, justamente para financiar pouco tempo.

Segundo CPI, a demora em começar as aulas do programa é um fator que prejudica os estudantes, uma vez que os cursinhos particulares começam as aulas logo no início do ano letivo, o que favorece seus alunos em situação de melhores condições de disputa no Enem e em vestibulares para universidades públicas. Isso tudo, só mostra o quanto ainda precisamos de verbas para as políticas públicas de acesso ao ensino superior.

É interessante observar que dentre os depoimentos sobre o assunto, é citado pela maioria dos participantes da pesquisa a questão do início das aulas do programa, com a afirmação de que deveriam começar mais cedo. Nesse ano de 2023, as inscrições começaram conforme consta no Edital²² SEC de nº 04/2023, Artigo 3 do processo de inscrição para o preenchimento das vagas. O inciso 3.3 diz: As inscrições foram realizadas no período de 16 a 25 de maio de 2023 exclusivamente por meio eletrônico, no site www.educacao.ba.gov.br. É importante pontuar que, segundo os depoimentos, as indagações são por conta do início demorado das aulas, uma vez que as inscrições do programa são feitas em maio e as aulas só começam em julho. Vejamos mais um depoimento referente a essas afirmativas:

²²Edital SEC de Nº 04/2023. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1o3Y0bM3ljt6ttZ0LIrcU1Hzw1uM7tBV4/view?usp=share_link

Início tardio das aulas, sendo que poderia iniciar em março ou abril, pois os estudantes teriam mais benefícios, em termos de acompanhar os conteúdos e se prepararem para o ENEM e processos seletivos. - Módulo defasado; - atraso na entrega dos módulos e camisas; - A não atualização anual do valor hora/aula do professor/monitor, ficando até mais de cinco anos com defasagem. Isso promove fuga de profissionais que, com valor tão defasado, desistem do UPT. Neste contexto, nos últimos anos tem ocorrido mais de uma seleção para professor/monitor, posto que algumas áreas não têm candidatos inscritos/interessados. - Depende de aparelho data-show das instituições parceiras, posto que, às vezes, pelo fato da instituição estar utilizando, os profissionais do curso UPT não podem usar; - Alguns coordenadores pedagógicos não prestaram muita assistência nas extensões (M 1).

De certa maneira as colocações têm relevância, já que são seis meses de curso, começando em julho e terminando em dezembro. Se o mesmo começasse mais cedo, de acordo com os participantes, os jovens teriam mais tempo de preparo para o ENEM e para os vestibulares. Outro ponto muito apontado foi que eles trouxeram reivindicações em relação ao valor pago aos monitores do programa. Um dos participantes traz o seguinte testemunho: “O valor do pró-labore atualmente é de R\$ 25,00 (vinte cinco reais) por aula ministrada. Esse valor ainda é insuficiente, apesar de neste ano de 2023 ter sido aumentada em 40%” (CG). Outro participante faz a seguinte colocação, conforme já citado na declaração de M1, mas dando ênfase à questão do valor recebido pelos monitores:

A não atualização anual do valor hora/aula do professor/monitor, ficando até mais de cinco anos com defasagem. Isso promove fuga de profissionais que, com valor tão defasado, desistem do UPT. Neste contexto, nos últimos anos tem ocorrido mais de uma seleção para professor/monitor, posto que algumas áreas não têm candidatos inscritos/interessados (M1).

O posicionamento apresentado por M1 é uma demanda apresentada todos os anos pelos coordenadores pedagógicos do UPT do Polo Brumado no período de seleção dos monitores, pois são muito pouco os interessados em ministrar as aulas e a problemática enfrentada é justamente pelo valor pago pelas horas aulas. Segundo eles, não valem a pena por ser muito pouco. Sobre essas afirmativas, o Edital nº 047/2023 traz:

- 10.1. Ao Monitor será pago o valor de R\$25,00 (vinte e cinco reais) por aula ministrada.
- 10.2. As aulas terão duração de 50 (cinquenta) minutos.
- 10.3. As reuniões de formação continuada pedagógicas poderão ser realizadas aos sábados e não serão atividades remuneradas;
- 10.4. O período da participação no Programa possui estimativa de 06 (seis) meses, contados a partir da data da assinatura do Termo de Compromisso (ANEXO VIII), podendo ser este prazo ser estendido ou reduzido, a critério da Coordenação Geral UPT/UNEB, de acordo com a vigência do processo seletivo.
- 10.5. O pagamento das bolsas está condicionado a entrega do relatório mensal.
- 10.6. O início das atividades para o exercício da função do Monitor, está condicionado ao início das atividades do Programa UPT/UNEB, o qual depende da publicação em DOE do resumo do contrato entre a UNEB e Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC) e seu referido cronograma;

10.7. O pagamento de bolsas será suspenso, caso ocorra fechamento de turmas e ou interrupção das atividades do UPT/UNEB;

10.8. É possível que a prestação do serviço de monitoria seja inferior ao período de vigência estabelecido no Termo de Compromisso, em razão da data de publicação do Contrato entre a Secretaria da Educação (SEC) e a UNEB, e a disponibilização dos recursos pela Secretaria da Fazenda (SEFAZ).

10.9. A UNEB poderá cancelar ou suspender a bolsa quando constatada infringência a qualquer das condições constantes no Termo de Compromisso, das atribuições da função e das normas concernentes a esta concessão, sem prejuízo da aplicação dos dispositivos legais que disciplinam o ressarcimento dos recursos (UNEB, 2023, p. 08).

Vale ressaltar que, conforme consta no inciso 10.1., ao monitor será pago o valor de R\$25,00 (vinte e cinco reais) por aula ministrada. No entanto, conforme já citado nesta dissertação no capítulo anterior, nos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022, o valor era de R\$ 18,00 (dezoito reais) por hora aula ministrada. Conforme apresentado por CG em depoimento apresentado anteriormente, esse ano houve um aumento de 40%. Percebemos que, conforme supracitados no Artigo 2º das funções e atribuições no edital nº 047/2023, são muitas funções e atribuições que recaem sobre os monitores, como realizar o planejamento, ministrar as aulas e fazer os relatórios mensais. Acerca deste fato,

Esses professores/monitores participam de formações continuadas nas comunidades onde estão presentes as turmas de UPT, sendo organizadas pelos coordenadores pedagógicos de cada polo, que orientam continuamente o Professor/Monitor (estudante universitário em processo de formação) do polo e das extensões, para que o mesmo apresente um desempenho de qualidade e atenda de maneira integral à função que ocupa no Projeto. Em dias previamente agendados (para garantir o deslocamento do monitor das extensões à sede do polo ou do coordenador à extensão), promovem a avaliação do plano de aula, da metodologia, das técnicas utilizadas e o exercício da aula prática sobre conteúdo a serem trabalhados, bem como realizar os necessários ajustes, mudanças e atualizações destes ou temas emergenciais (Angelim *et al.*, 2017, p. 6).

Os autores balizam a contribuição do UPT enquanto mais um lugar de formação de professores, como vimos anteriormente. Tal abordagem encontra-se presente, por exemplo, no depoimento do EXAL5:

Como futuro licenciado em História e como profissional em preparação para atuar na docência do Ensino Superior, o Programa foi uma oportunidade ímpar de estar em sala de aula, desenvolver planos e roteiros de ensino, preparar materiais didáticos e exercer a socialização com os estudantes do Programa (EXAL5).

Conforme o depoimento acima, percebemos que o monitor adquire uma experiência significativa, especialmente na questão do crescimento e do conhecimento acumulados. O UPT também promove aos discentes/monitores experiências cotidianas coletivas e individuais, com a finalidade de pensar a prática pedagógica, a carreira e sua identidade profissional. Dessa forma, vale enfatizar que os monitores do programa são mediadores do conhecimento. Diante

de tudo o que foi dito acerca do programa, vale ressaltar que os participantes elogiaram o curso, mas afirmam que este precisa ser melhorado.

6.1.4 Sobre as contribuições e conquistas alcançadas para a formação pessoal/profissional

O Programa vem contribuindo há mais de 18 anos com a vida de jovens de camadas populares de escolas públicas baianas através da oferta de cursinhos preparatórios para os exames de admissão nas universidades. Durante esse período, mais de 29 mil estudantes do UPT já ingressaram no Ensino Superior. Dentre os posicionamentos sobre esse assunto trazido pelos participantes desta pesquisa, preponderamos os depoimentos abaixo:

Foram muitas contribuições. Através do UPT, conheci a Universidade e tive acesso a conhecimentos que foram e continuam sendo imprescindíveis ao meu desenvolvimento pessoal e profissional [...] (EXAL2).

O programa me ajudou a obter conhecimentos que não obtive no ensino regular secundarista, além de me familiarizar com a universidade e obter a isenção do vestibular. Foi graças a UPT que consegui ingressar na UNEB, no curso de Direito do DCHT XX (EXAL1).

Com base nestas afirmações, podemos perceber que o fato do programa ser ofertado dentro da própria universidade deu aos participantes a oportunidade de conhecer e vivenciar esse espaço de diversidades culturais e pluralidade ideológica, espaço no qual eles se preparam na perspectiva de conseguir uma vaga.

Foi no UPT que minha vida mudou. Fiz o cursinho, passei no vestibular e, hoje, sou servidora pública - analista universitária, na UNEB (EXAL3).

Obtive a aprovação no curso de Direito da UNEB Campus XX e, recentemente, fui aprovado na OAB 37º (EXAL1).

Os resultados obtidos pelos estudantes nos processos seletivos e vestibulares a que se submetem. Eu posso me considerar um exemplo disso, pois, no meu primeiro Vestibular, já alcancei excelente colocação (salvo engano, segundo lugar) e, no meu primeiro Processo Seletivo (concurso temporário), obtive nota adequada para ocupar uma das vagas do certame (EXAL2).

Os depoimentos apresentados acima mostram que o UPT foi essencial para que os estudantes conseguissem uma vaga na universidade e conquistar uma qualificação técnica, o que garantiu a eles o trabalho e a carreira almejada.

Conforme as abordagens feitas junto aos participantes da pesquisa, verificou-se que as contribuições e conquistas alcançadas após fazerem parte do UPT se dão muito além da adesão dos estudantes de escolas públicas no ensino superior, visto que os participantes evidenciam

que o Programa apoia também para a formação continuada de professores, o aumento da autoestima e a formação profissional e pessoal. Sobre isso, Sousa (2019) afirma:

Esta importante política pública do curso Pré-Vestibular Universidade Para Todos apresentou resultados benéficos em vários sentidos e tende a corroborar, muito mais, para elevar a escolarização de muitas pessoas, sobretudo, daquelas que pertencem a estratos sociais com menor capital cultural e econômico, com vistas a promover equidade e justiça social. Logo deve permanecer até o momento de que as disparidades sociais sejam eliminadas ou existam em pequeníssima quantidade (Sousa, 2019, p. 162-163).

Como política pública de acesso ao ensino superior, o UPT vem a cada ano, de certa forma, revertendo a histórica situação de desigualdade e discriminação sofrida por alguns grupos sociais, como pobres, desempregados, homossexuais, travestis, imigrantes, negros, deficientes, dentre outros. Isso porque esses grupos são formados por muitos estudantes oriundos de escolas públicas, os mesmos viam as universidades como um sonho, algo impossível de alcançar, pois, via de regra, a maioria da população não tinha oportunidade de frequentar cursos particulares. O Programa Universidade Para Todos vem atuando no estado da Bahia desde 2004, oportunizando o acesso desses estudantes ao Ensino Superior.

6.1.5 Sobre o que precisa ser revisto

As políticas públicas de acesso ao ensino superior, a exemplo do UPT, se alvitram a serem políticas públicas que dão oportunidade a todas as pessoas carentes e de baixa renda vindas de escolas públicas a ingressarem numa universidade pública ou, através do ENEM, entrarem em uma universidade privada. Quando perguntado se existe algo no UPT que precisa ser revisto, 100% (cem por cento) dos participantes informaram que existem muitas coisas a serem revistas no programa, concordando que é preciso fazer algumas melhorias. “As matérias abordadas no programa têm que ter maior enfoque no que é mais cobrado no ENEM e vestibular” (EXAL4); “A quantidade de meses ofertada e o valor pago à colaboradora (equipe e monitores)” (EXAL3). Na opinião de CP2, o coordenador pedagógico do programa tem que ser licenciado, enfatizando que:

Penso que os editais deveriam garantir que a coordenação pedagógica do programa ficasse sempre a cargo de um professor licenciado e com experiência comprovada na educação básica. Nos últimos editais da UNEB verifiquei que essa exigência caiu. Considero isso um retrocesso. Também registro que as coordenações institucionais poderiam criar mecanismos de acompanhamento do trabalho do coordenador pedagógico, pois há casos em que as funções desse profissional são executadas pelos gestores e/ou secretários locais (CP2).

A colocação da participante CP2, no tange a formação exigida para a função de coordenador pedagógico já é cobrada, conforme o Artigo 2.3 do Edital nº 046/2023. Sobre os requisitos, o inciso 2.3.2.3. diz que o candidato deve: “Possuir preferencialmente graduação em Pedagogia. Entretanto, outras áreas serão aceitas, no entanto, não pontua no Barema na graduação de preferência”. É colocado como preferencialmente, não é exigido ter licenciatura em pedagogia. Assim, qualquer docente pode se inscrever para a função.

Após um levantamento nos documentos do UPT/Campus XX, foi possível observar que, entre o período de 2019 a 2020, esse ano de 2023 foi o primeiro ano em que o coordenador pedagógico tem graduação em pedagogia. Nos anos anteriores os docentes que atuaram eram licenciados em Letras e, dentre esse período, houve um ano em que o coordenador pedagógico era docente bacharel em direito. Como se vê, algumas respostas obtidas pelos participantes já direcionam sugestões e soluções de alguns pontos que precisam ser melhorados.

Todo programa, projeto ou proposta educativa devem ser avaliadas constantemente, com o objetivo de verificar se o mesmo atingiu seus objetivos gerais e específicos. Ou seja, a avaliação indica quais mudanças sociais foram motivadas no público-alvo. O panorama apresentado no gráfico acima tem como principal justificativa trazida pelos participantes da pesquisa mostrar que o UPT é um programa que é bom, mas que também pode melhorar, por isso são citados exemplos de pontos que necessitam de melhoria.

De modo geral e com base nos testemunhos dos participantes da pesquisa, compreendemos que é preciso rever algumas mudanças melhoraram a qualidade do programa segundo os participantes, como a data de início das aulas, sugerindo que iniciem mais cedo para que os estudantes tenham mais tempo de estudos, o valor das bolsas pagas a todos os membros envolvidos no programa, principalmente o valor pago aos monitores, bem como uma maior divulgação do programa, e o foco das disciplinas no que é mais cobrado no ENEM e nos vestibulares.

6.1.6 Sobre os investimentos feitos

A educação é vista como um dos marcos essenciais no desenvolvimento da cidadania. O ensino superior ajuda no desenvolvimento pessoal e social do indivíduo, auxiliando na construção do senso crítico e lógico. Por isso, o acesso ao ensino superior é de extrema importância para o crescimento de uma sociedade. Ele não só proporciona conhecimentos e habilidades às pessoas, mas é um importante meio para promover igualdade de oportunidades.

Sousa e Nunes (2020, p. 14) citam que “É sabido que o maior investimento na educação universitária é visto como uma alavanca de progressão da economia, uma forma de os indivíduos conseguirem melhores postos de trabalho e terem melhores rendas”.

Para garantir a igualdade de oportunidades e promover o acesso ao ensino superior para todos, é preciso que o governo invista em políticas públicas que tendam à democratização do acesso à educação superior, garantindo a todos o acesso independentemente de sua renda ou origem social. Segundo Teixeira (2018):

A ideia de democratização do acesso caminha junto ao histórico da educação superior. Democratizar o acesso seria atender a população que foi historicamente excluída dessa etapa. Dado que, como trataremos a seguir, com o histórico da educação superior no país, podemos perceber que a população das camadas populares, negros e negras e as mulheres, até determinado período, não conseguiam acessar essa etapa da educação (Teixeira, 2018, p. 18).

É nesse contexto que o programa UPT vem trabalhando durante sua existência, fornecendo condições de igualdade para alunos do terceiro ano do ensino médio e egressos da rede pública mediante o fortalecimento das aprendizagens e a preparação dos estudantes para a realização dos processos seletivos de ingresso em instituições de ensino superior.

Os participantes da pesquisa concordam que os investimentos feitos com o Universidade Para todos foram válidos, como pode ser verificado em alguns dos depoimentos:

Sim, são extremamente válidos e necessários (EXAL5).

Sim, pois muitos estudantes se não fosse o Programa não tinha entrado na Universidade (DD).

Sem dúvida alguma, sim. Aliás, destaco que tais investimentos precisam continuar a serem feitos, sempre com o incremento e atendimento das demandas novas que, querendo ou não, sempre surgem (EXAL2).

As afirmativas evidenciam a importância dos investimentos que já ajudaram mais de 29 mil estudantes a ingressarem no ensino superior. Uma das questões mais relevantes sobre a educação superior no nosso país diz respeito à necessidade de ampliação do acesso a esse nível de ensino por parte da população que anseia seguir seus estudos e não encontra condições de ingresso. Daí a importância do fortalecimento e investimento em programas como o UPT.

6.1.7 O caso da UNEB

Garantida pela Constituição Federal de 1988, a educação é um direito e deve ser ofertada com qualidade e igualdade para todos. Nas últimas décadas, podemos observar que políticas públicas que defendem o acesso ao ensino de qualidade vêm proporcionando conquistas. O UPT é uma política pública educacional que vem democratizando cada vez mais o acesso de

indivíduos da escola pública e de classes de baixa renda a ingressarem no ensino superior. Essa afirmativa também pode ser contemplada nos depoimentos dos participantes elencados abaixo:

A UNEB é um grande celeiro de oportunidades, de inclusão, visto que está espalhada por toda Bahia, oferecendo cursos de qualidade e formando cidadãos capacitados. Além de oferecer cursos preparatórios, vem como cursos e eventos para a comunidade externa (EXAL3).

A UNEB é uma instituição plural e acolhedora, o que reforça a face inclusiva do Programa junto aos estudantes (EXAL5).

A UNEB é a mais inclusiva e democrática universidade da Bahia e uma das mais importantes do Brasil nesse aspecto. Então o programa UPT só tem esse alcance pela multicampia e espírito pioneiro e democrático da UNEB (CG).

Considero a UNEB como uma das universidades mais importantes no tocante à promoção da inclusão. No caso específico da UNEB, registro que ela consegue estar em praticamente todo o estado da Bahia e o programa UPT é um importante vínculo dessa instituição com as realidades dos municípios baianos (CP1).

Atualmente a UNEB possui 31 Departamentos instalados em 26 campi: um sediado na capital do estado Salvador, onde se localiza a administração central da UNEB, e os demais distribuídos em importantes municípios baianos.²³

Sobre esse assunto, vale destacar o seguinte depoimento: “A UNEB, com sua multicampi, tem oportunizado estudantes de diversas cidades do interior da Bahia a ingressar na universidade, uma vez que a mesma oferece polos em muitos municípios” (DD). A universidade disponibiliza mais de 170 opções de cursos com habilitações nas modalidades presencial e EaD nos níveis de graduação e pós-graduação oferecidos nos 31 Departamentos. Entre os cursos podemos citar o de Medicina, Direito, Administração, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina Veterinária, Nutrição e Psicologia entre outros.

Além dos Campi, a UNEB está presente em mais de 417 municípios do estado por intermédio de programas e ações extensionistas que beneficiam milhões de cidadãos de toda a Bahia, um exemplo real é o Programa Universidade para Todos. Dessa forma trazemos mais dois depoimentos dos participantes desta pesquisa que evidenciam a excelência desta instituição de ensino:

Costumo afirmar que a UNEB é minha “universidade Mãe”, onde fiz minha primeira graduação e tive contato com o universo acadêmico-científico. Logo, a considero como promotora de ações significativas para a democratização do acesso ao ensino superior de forma qualificada e comprometida social e cientificamente, reconhecida internacionalmente. A UNEB sabe que a ponte mais sólida e segura para que mais pessoas prospectam o acesso ao ensino superior é através do programa UPT e, assim, trabalha com zelo, ética e empenho profícuos em prol da qualidade do programa.

²³ Fonte: <https://portal.uneb.br/a-uneb/#:~:text=A%20UNEB%20possui%2031%20Departamentos,de%20porte%20m%C3%A9dio%20e%20grande.>

Diante de minha trajetória no curso UPT, coordenado pela UNEB, sempre recebi apoio, formação, orientação, respeito em tudo que foi realizado e solicitado. Ela concede todo o apoio a todos os profissionais envolvidos e aos alunos. Diante da experiência acumulada da expertise, esta universidade desenvolveu uma logística e estrutura que possibilita a fruição dos trabalhos com mais rapidez (M2).

A Universidade do Estado da Bahia é pioneira no atendimento de públicos oriundos das pequenas cidades e, com o UPT, tal característica manifesta -se ainda mais, haja vista que o programa se encontra instalado em todas as regiões do Estado. Desde a época em que fui aluno, até os dias atuais, tenho percebido que a UNEB se destaca em tudo que faz, seja no Ensino, na Pesquisa ou na Extensão e que, por isso, contribui eficazmente com a formação de profissionais em áreas diversas, além de colocar à disposição da sociedade como um todo os resultados de pesquisas científicas nela desenvolvidas. O UPT é uma ação extensionista dentro da UNEB e pode-se dizer que o programa é a "semente" que se lança anualmente (a cada etapa que é aberta) para que os e/ou egressos da Educação Básica ligados ao setor público se joguem para o "plântio" do conhecimento e tentativa de "cultivo" e "colheita de frutos exitosos" (EXAL2).

Vale destacar que os depoimentos só reforçam a conformidade sobre o nível de excelência da instituição e do programa. É importante ressaltar que o foco desta pesquisa é compreender como o curso pré-vestibular Universidade para Todos (UPT), da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XX – Brumado atua na conexão entre a Educação Básica e o Ensino Superior.

O papel do DCHT/Campus XX como instituição que oferta o programa foi mencionado junto aos participantes da pesquisa, que pontuaram as contribuições e conquistas alcançadas após terem participado do programa. Essa afirmativa condiz com o relato do EXAL2, egresso do UPT/Campus XX, que traz o seguinte relato: “Foram muitas contribuições. Através do UPT, conheci a Universidade e tive acesso a conhecimentos que foram e continuam sendo imprescindíveis ao meu desenvolvimento pessoal e profissional” [...] (EXAL2).

O UPT Campus XX escolhido para averiguação na busca de entendimento de como o mesmo atua na conexão entre a Educação Básica e o Ensino Superior. De maneira complementar, praticamente todos os alunos egressos aqui entrevistados endossam a notável ação desenvolvida no UPT/Campus XX como curso de pré-vestibular que atua na preparação e fortalecimento das aprendizagens de alunos do terceiro ano do ensino médio e egressos da rede estadual ao longo de sua história como instituição que oferta o programa.

Nesse contexto, cabe relatar que segundo informações do coordenador do polo Brumado e extensões, no ano de 2023 dos 300 (trezentos) alunos matriculados no programa, 32 (trinta e dois) já informaram que conseguiram ser aprovados nos processos seletivos nos quais eles participaram. Desses estudantes aprovados 28 (vinte e oito) optaram pelos cursos ofertados pela UNEB (Direito, Pedagogia, Letras, Ciências Biológicas, Administração e Letras Inglês.). Desses vinte e oito citados acima aprovados pela UNEB, um foi aprovado também no curso de

Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- (UESB), 2(dois) optaram por fazer cursos da UNOPAR(Gestão Comercial e Administração), 1(um) aluno foi aprovado no curso de odontologia ofertado pela Universidade São Judas Tadeu (USJT) e 1 (uma) aluna foi aprovada no curso de Medicina ofertado pela Universidade Federal da Bahia - (UFBA). Porém, ainda segundo o coordenador, o número de aprovados pode ser maior, isso porque, muitos alunos do programa acabam esquecendo de informar a coordenação os cursos que eles foram aprovados.

De modo geral, compreende-se que, na visão das pessoas pesquisadas, em especial os alunos egressos do UPT, o programa contribui atuando como ponte para que os estudantes ingressem no ensino superior, além de contribuir muito no seu desenvolvimento pessoal e profissional. Essas afirmativas condizem com o que diz a participante EXAL3. “Foi na UPT que minha vida mudou. Fiz o cursinho, passei no vestibular e, hoje, sou servidora pública e analista universitária, na UNEB” (EXAL3). Por tudo isso que foi citado, podemos aludir que o UPT/UNEB/Campus XX, mudou a vida de muitos alunos que até então não tinham perspectivas de conseguirem almejar uma vaga na universidade e de ter um sonho realizado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação deve ser encarada como um direito de todos no acesso ao conhecimento e à troca de experiências, pois é uma garantia assegurada pela Constituição de 1988. Segundo Costa (2019, p. 58), “nos últimos anos, as políticas públicas educacionais deram foco também ao Ensino Superior”. Elas ampliam a oferta de acesso e permanência a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, foram desfavorecidos no processo de escolarização e promovem aprendizagens permanentes. Tais políticas garantem o bem-estar de toda sociedade, sendo de grande importância, pois atingem a todos, independente de sexo, raça, religião, escolaridade ou nível social.

Sabemos que a educação é um fator que abre portas para que o indivíduo se insira nos meios onde vive. Por isso, ingressar em uma universidade continua sendo o sonho de muitas

pessoas. Isso porque o ensino superior reflete no aumento das oportunidades profissionais, na possibilidade de ganhar melhores salários e, evidentemente, a evolução pessoal desse sujeito.

Não se pode negar que as políticas públicas discutidas ao longo desta pesquisa são muito importantes. Por isso, a participação do estado é fundamental, uma vez que é o responsável pela manutenção e garantia delas. Contudo, é preciso fortalecer essas políticas, uma vez que prezam pelo bem-estar social que envolve o interesse da coletividade, principalmente aos menos favorecidos economicamente, os marginalizados.

Diante da pesquisa aqui realizada, constatamos que o Programa Universidade Para Todos foi de grande relevância para a vida de muitos sujeitos que conseguiram ingresso na universidade e alcançaram uma carreira profissional. Defende-se, portanto, que o programa UPT foi e continua sendo uma política pública de valor inumerável, se verificados os ganhos de todos os estudantes que foram amparados ao longo desse período em que vem sendo ofertado em todo o estado da Bahia, conforme demonstrado através dos dados coletados ao longo desta pesquisa.

Os sujeitos que contribuíram para elaboração desta pesquisa foram participantes ativos do UPT ofertado pela UNEB de Brumado, trazendo em suas declarações a convicção de que é de extrema importância a manutenção das políticas públicas de acesso ao ensino superior, pois acreditam que a educação ainda é o caminho para o crescimento profissional e pessoal do indivíduo e da sociedade. Por tudo isso, fica evidente, a necessidade de manter o programa UPT em atividade, para continuar preparando novos estudantes e egressos da rede pública estadual de ensino para o ingresso no ensino superior, assim como já fez com mais de 29 mil estudantes do estado da Bahia, principalmente aqueles que viviam à margem da sociedade, nas periferias, favelas e zona rural. Estas pessoas, que antes não tinham perspectiva de ingressar no ensino superior por não terem condições igualitárias para concorrer às vagas nas universidades com alunos mais preparados, viram suas vidas serem modificadas pelo UPT, que hoje pode se dizer que é um fator de mudança e transformação na vida de muitos estudantes.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NOSSA. **Bahia, o estado mais desigual do Brasil**. 2019. Disponível em: <https://agencianossa.com/2019/05/06/bahia-o-estado-mais-desigual-do-brasil/>. Acesso em: 10 de nov. 2022.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Taxa de analfabetismo – Brasil**. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 de nov. 2022.

ANDRADE, Maria do Amparo da Silva, SILVA, Antonia Maria Cardoso e. **As Políticas Públicas de Acesso a Educação Superior**. Anais VI CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/59257>>. Acesso em: 10 de nov. 2022.

ANGELIM, Jose Aurimar dos Santos, WANDERLEY, Simone Ferreira, ANGELIM, Vanessa Gomes Lopes, CASTRO, Maria Celeste de . Projeto universidade para todos - upt: uma experiência de inclusão e formação continuada. **Anais IV CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/38405>>.

Acesso em: 02 dez. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de Pesquisa**: propostas metodológicas. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BRASIL, CAPES. **Documento de área – Ensino**. Brasília: CAPES, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 26 set. 2022.

BRASIL. **Emenda Constitucional 59**. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm. Acesso em: 26 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 De Dezembro De 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm#:~:text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.%201%C2%BA%20A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20abrange,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais. Acesso em: 26 set. 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB**. 9394/1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 set 2022.

BRITO, Vanessa Silveira de. O pré-vestibular para negros e carentes (PVNC) e a construção da identidade étnica. *Periferia*, 10(2), 278–301. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/periferia.2018.18968>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BOGDAN, Robert Charles; BIKLEN, Sara Knopp. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BONETI, Lindomar Wessler. Políticas públicas, educação e exclusão social. In (Cord) **Educação, exclusão e Cidadania**. 3. ed. Ijuí: Editora UNIJUI, 2003. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/download/1117/873>. Acesso em: 27 set. 2022.

CAMARGO, Fernanda Furtado. **Cursinhos pré-vestibulares populares e o caso da UNESP**: alguns condicionantes à sua criação e transformação. 2009. 118 f. Dissertação

(Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/90263>>. Acesso em: 06 jun.2023.

CARNEIRO, Luci Annee Vargas; BRIDI, Fabiane Romano de Souza. Políticas Públicas de Ensino Superior no Brasil: um olhar sobre o acesso e a inclusão social. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. 1, p. 146-158, jan./mar.2020. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v15i1.12059>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12059>. Acesso em: 26 set. 2022.

CARVALHO, Milene Conceição dos Santos, RIOS, Pedro Paulo Souza . Projeto universidade para todos: política pública de inclusão e espaço pedagógico de formação docente. **Anais V CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/48782>>. Acesso em: 14/10/2023.

CLARET, Martin. **Chaplin: vida e pensamentos**. Editora Martin Claret, São Paulo, 1997.

COELHO, Fernando. Educação superior no Brasil é historicamente limitada e necessita de políticas públicas de acesso. **Jornal da USP**. São Paulo, 30 de agosto de 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/formacao-na-educacao-superior-nao-pode-prescindir-de-politica-de-ciencia-tecnologia-e-inovacao/>. Acesso em: 10 ago. de 2023.

CORCINI, Milena M. BONETI, Lindomar Wessler. **As políticas públicas de acesso à educação superior no Brasil: uma avaliação parlamentar**. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/10929/1/2014_dis_mwobarros.pdf . Acesso em: 05 nov. 2022.

COSTA, Glauber Barros Alves. **Cartografias do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) de Geografia no Brasil: o desenho da política pública e seus saberes**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11256>. Acesso em: 26 set. 2022.

FARIAS, Maria Auxiliadora Ornellas. **Projeto Universidade para Todos: política pública na direção da igualdade de oportunidades ao acesso à educação superior**. 2010. 189 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas), Universidade do Estado da Bahia, Salvador. Disponível em: http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2016/01/maria_auxiliadora_ornellas_farias.pdf. Acesso: em 08 jun. 2023.

FORTES, Ricardo Luiz Rocha. **O cursinho como unidade escolar de mediação entre o ensino médio e a Universidade: particularidades, sentidos e perspectivas**. Belo Horizonte, 2005. 171f. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_FortesRL_1.pdf Acesso em: 20 set.2022.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. Brasília, 2ª Edição: Liber Livro Editora, 2005.

FREIRE, Patrícia Adriana Silva, GRAIA, Arlete Lisboa dos Santos, PORTO, Lucas dos Santos. **Evasão Escolar: um estudo de caso do Curso Pré-Vestibular Universidade Para Todos, na Universidade do Estado da Bahia (Campus de Brumado), no ano de 2018**. In: **VII Seminário Nacional e III Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional**. Vol. 7, 2019. Vitória da Conquista.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDENBERG, M. **A Arte de Pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed., São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em:
https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india
Acesso em: 15 jul.2023

LIBÂNEO, José Carlos. **Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar**. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cp/a/ZDtGy4GVPJ5rNYZQfWyBPPb/?lang=pt&for#>. Acesso em: 14 fev. 2023.

MONTEIRO, Rejo Levi; SILVA, Ana Paula S. Da; DIAS, Danielly Ferreira; GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias. Histórico dos cursos pré-vestibulares: a luta pelo acesso ao ensino superior pela população negra. Intercursos **Revista Científica**, [S. l.], v. 16, n. 2, 2019. Disponível em:
<https://revista.uemg.br/index.php/intercursosrevistacientifica/article/view/3673>. Acesso em: 10 out. 2023.

MAINARDES, Jefferson. - **A abordagem do ciclo de políticas**: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da política educacional. *Jornal de Políticas Educacionais*, [S.l.], n. 16, v. 12, ago. 2018. ISSN 1981-1969. Disponível em:
<https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/59217>. Acesso em: 26 set. 2022. DOI:
<http://dx.doi.org/10.5380/jpe.v12i0.59217>.

NASCIMENTO, Alexandre do. **Movimentos Sociais, Educação e Cidadania**: Um estudo sobre os Cursos Pré-Vestibulares Populares. Dissertação (Mestrado em Educação). Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Julieta Costa Calazans. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 1999.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. *In*: OLIVEIRA, Adão F. de; PIZZIO, Alex; FRANÇA, George. (Orgs.). **Fronteiras da Educação**: desigualdades, tecnologias e políticas. Editora da PUC - Goiás, 2010. p. 93-99. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2022.

OLIVEIRA, Ana Maria Silva. Projeto Universidade Para Todos: Promoção do Acesso à Educação Superior no Recôncavo da Bahia. **Revista Extensão** em foco, v. 10, p. 152, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/extensao/article/download/44303/pdf>. Acesso em: out.2023

PORTO, L. S.. A valorização do profissional da Educação e as políticas públicas para a formação de professores em exercício: o PARFOR e suas particularidades. *In*: CARVALHO, Iamara Junqueira Sousa; FERNANDES, Marinalva Nunes; DUTRA, Nivaldo Osvaldo;

SOUSA, Rosemária Joazeiro Pinto de; SILVA, Zezito Rodrigues da. (Orgs.). **Educação, docência e saberes no alto sertão da Bahia**. Coleção Educação, Cultura e Memória no Alto Sertão da Bahia. 1 ed., v. 1. Curitiba - PR: CRV, 2022, p. 71-88. Disponível em: <https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/37514-crv>. Acesso em: 17 fev. 2023.

RELATÓRIO UPT. Relatório Mensal do Gestor, do Curso Pré-Vestibular Universidade Para Todos. Meses 05 e 06 de 2019. Arquivo da UNEB Campus XX, 2019.

RELATÓRIO UPT. Relatório Mensal do Coordenador Pedagógico, do Curso Pré-Vestibular Universidade Para Todos. Meses 05 e 06 de 2019. Arquivo da UNEB Campus XX, 2019.

RELATÓRIO UPT. Relatório Mensal do Gestor, do Curso Pré-Vestibular Universidade Para Todos. Mês 06 de 2020. Arquivo da UNEB Campus XX, 2020.

RELATÓRIO UPT. Relatório Mensal do Gestor, do Curso Pré-Vestibular Universidade Para Todos. Mês 08 de 2021. Arquivo da UNEB Campus XX, 2021.

RELATÓRIO UPT. Relatório Mensal do Gestor, do Curso Pré-Vestibular Universidade Para Todos. Mês 10 de 2022. Arquivo da uneb campus XX, 2022.

RELATÓRIO UPT. Relatório Mensal do coordenador Pedagógico, do Curso Pré-Vestibular Universidade Para Todos. Mês 10 de 2022. Arquivo da UNEB Campus XX, 2022.

RELATÓRIO UPT. Relatório Mensal do Monitor, do Curso Pré-Vestibular Universidade Para Todos. Mês 08 de 2023. Arquivo da UNEB Campus XX, 2023.

RELATÓRIO UPT. Relatório Mensal do Gestor, do Curso Pré-Vestibular Universidade Para Todos. Mês 09 de 2023. Arquivo da UNEB Campus XX, 2023.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990**. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior, Universidade de São Paulo, (1991).

SANTOS, Jaciara De Oliveira Sant Anna, BARRETO, Andréia Cristina Freitas, SANTOS, Marcolino Sampaio dos, OLIVEIRA, Gilma Benjoino. O programa universidade para todos - upt no dcht/uneb/campus xx – brumado bahia: um olhar da prática pedagógica do professor monitor de língua portuguesa. **Anais VIII CONEDU...** Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/89990>>. Disponível em: Acesso em: 18 de nov. 2023.

SEC BAHIA. Edital 04/2023 de 06 de maio de 2023. Processo seletivo para o Programa Universidade Para Todos (UPT). Disponível em: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/universidadeparatodos>

SEC. **Universidade Para Todos**. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/universidadeparatodos>. Acesso em: 02 nov. 2022.

SILVA Filho, P. (2007). Cursos Pré-Vestibulares Populares em Salvador: Experiências Educativas em Movimentos Sociais. **Revista Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade**,

9(8). **Revista Entreideias: Educação, Cultura E Sociedade**, 9(8). Disponível em: <https://doi.org/10.9771/2317-1219rf.v9i8.2816> .Acesso em 02 nov.2022

SMARJASSI, Celia; ARZANI, Jose henrique. As políticas públicas e o direito à educação no Brasil: uma perspectiva histórica. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 15, 27 de abril de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/15/as-politicas-publicas-e-o-direito-a-educacao-no-brasil-uma-perspectiva-historica>. Acesso em: 17 fev. 2023.

SOUSA, Erivan Coqueiro. **Contribuições do curso pré-vestibular Universidade Para Todos (UPT) como política pública para o acesso de estudantes de Aracatu-BA ao ensino superior**. / Erivan Coqueiro Sousa, 2019. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2019/08/ERIVAN-COQUEIRO-SOUSA.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

SOUSA, E. C., Nunes, C. P., & Sousa, G. dos S. (2018). Curso Pré-vestibular Universidade Para Todos: contribuições para o acesso de estudantes ao ensino superior e ao mercado de trabalho. **REVES - Revista Relações Sociais**, 1(3), 0367–0381. Disponível em: <https://doi.org/10.18540/revesv11iss3pp0367-0381>. Acesso em: 12 nov. 2022.

SOUSA, E. C.; NUNES, C. P. Políticas Públicas Educacionais: Os investimentos no curso Pré-Vestibular Universidade Para Todos da Bahia. **Educação: Teoria e Prática**, [S. l.], v. 30, n. 63, p. 1–17, 2020. DOI: 10.18675/1981-8106.v30.n.63.s13615. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/13615>. Acesso em: 3 set. 2023.

SOUZA, Celina. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. *Revista brasileira. Ciências. Sociais*. Vol. 18 nº. 51 fevereiro/2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000100003> Acesso em: 05 nov. 2022.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. **Educação é um direito**. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

TEIXEIRA, Rosa Helena Ribeiro. **O programa Universidade para Todos (UPT): aproximações com o cursinho pré-Enem do governo do estado da Bahia (2004- 2018)**. 76f. 2018. Monografia (Graduação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Acesso em: 11 set. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/28772>

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (BA). Salvador. **Edital N° 039/2019, de 24 de maio de 2019**. Seleção Pública Simplificada exclusivamente para servidores da UNEB para a função de Secretário de Apoio Escolar nos Campi e Extensões do Projeto Universidade para Todos (UPT). Disponível em: <http://www.selecao.uneb.br/editais2023/>. Acesso em: 18 out. 2023.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (BA). Salvador. **Edital N° 104/2020, publicado no D.O.E. de 21/11/2020**. Seleção Pública Simplificada exclusivamente para servidores ativos dos quadros docente e técnico administrativo da UNEB, que atendam aos requisitos necessários para exercer as funções de Gestor de Polo de Campi, Gestor de Polo da Capital, Coordenador Pedagógico de Campi, Professor Especialista e Secretário de Apoio

Escolar de Campi, que irão compor as equipes de execução do Programa Universidade para Todos (UPT) da UNEB, para atendimento das turmas localizados em Salvador, região metropolitana e nos campi do interior do Estado da Bahia. Disponível em:

<http://selecao.uneb.br/editais2020/index.php>.

Acesso em: 03 out. 2023.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (BA). Salvador. **Edital N° 44/2023, de 12 de maio de 2023**. Seleção Pública Simplificada exclusivamente para servidores ativos dos quadros docente e técnico administrativo da UNEB, que atendam aos requisitos necessários para exercer as funções de Coordenador Pedagógico, Coordenador Financeiro e Coordenador Administrativo, que irão compor a equipe da Coordenação Geral do Programa Universidade para Todos (UPT) da UNEB, para atendimento aos polos de funcionamento localizados em Salvador, região metropolitana e nos Campi do interior do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.selecao.uneb.br/editais2023/>. Acesso em: 18 out. 2023.

UNEB. **Edital N° 45/2023, de 12 de maio de 2023**. Seleção Pública Simplificada exclusivamente para servidores ativos do quadro Técnico Administrativo da UNEB, que atendam aos requisitos necessários para exercer as funções de Assistente e Auxiliar I e II, que irão compor as equipes de execução do Programa Universidade para Todos (UPT) da UNEB, para atendimento das turmas localizados em Salvador, região metropolitana e nos campi do interior do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.selecao.uneb.br/editais2023/>. Acesso em: 18 out. 2023.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (BA). Salvador. **Edital N° 46/2023, de 12 de maio de 2023**. Seleção Pública Simplificada exclusivamente para servidores ativos dos quadros docente e técnico administrativo da UNEB, que atendam aos requisitos necessários para exercer as funções de Gestor de Polo de Campi, Gestor de Polo da Capital, Coordenador Pedagógico de Campi, Professor Especialista, Supervisor de Polo, e Secretário de Apoio Escolar de Campi, que irão compor as equipes de execução do Programa Universidade para Todos (UPT) da UNEB, para atendimento das turmas localizados em Salvador, região metropolitana e nos campi do interior do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.selecao.uneb.br/editais2023/>. Acesso em: 18 out. 2023.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (BA). Salvador. **Edital N° 047/2023**. Seleção Pública Simplificada por tempo determinado - pessoa física, sem vínculo empregatício, para o desempenho da função de Monitor do Curso Pré-vestibular – Projeto Universidade para Todos (UPT). Salvador, 12 de maio de 2023. Disponível em: <http://www.selecao.uneb.br/editais2023/>. Acesso em: 18 out. 2023.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (BA). Caetité. Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade – PPGELS. **Normas do PPGELS para Produção e Avaliação dos Produtos Educacionais**. Disponível em: <https://ppgels.uneb.br/wp-content/uploads/2021/05/NORMAS-DO-PPGELS-PARA-PRODU%C3%87%C3%83O-E-AVALIA%C3%87%C3%83O-DOS-PRODUTOS-EDUCACIONAISatual.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2023.

VARGAS, K. de A. Pré-vestibular institucional, cidadania e o ensino de geografia: análise do material didático do Programa Universidade Para Todos na Bahia. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, MG, v. 13, n. 44, p. 316–331, 2012. DOI: 10.14393/RCG134416606. Disponível

em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16606>. Acesso em: 2 dez.2022.

VARGAS CARNEIRO, L. A.; BRIDI, F. R. de S. Políticas públicas de ensino superior no Brasil: um olhar sobre o acesso e a inclusão social. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. 1, p. 146–158, 2020. DOI: 10.21723/riae.v15i1.12059. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12059>. Acesso em: 28 nov. 2022.

VIEIRA, D. N.; CALDAS, R. F. L. Os sentidos e os significados do cursinho popular: história de vida. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 16, n. 3, p. 139–155, 2018. DOI: 10.14393/rep-v16n32017-art09. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/38947>. Acesso em: 12 out. 2023.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é universidade**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.